



Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE OUTUBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Nimir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Editais:

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 02/93

DIA DA ABERTURA: 18 de Outubro de 1993
HORÁRIO: 10:00 Horas
LOCAL: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 Rua Cândido de Abreu - Centro Cívico - Curitiba Paraná.
OBJETIVO: SEGURO DOS BENS PATRIMONIAIS DESTES PODERES.
EDITAL: Os Editais poderão ser retirados na Diretoria de Apoio Técnico, através da Coordenadoria de Suprimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de Setembro de 1993

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 03/93

DIA DA ABERTURA: 21 de Outubro de 1993
HORÁRIO: 10:00 Horas
LOCAL: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 Rua Cândido de Abreu - Centro Cívico - Curitiba Paraná.
OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ENCADERNADORA AUTOMÁTICA PARA LIVROS DE LOMBADA, COM OU SEM COSTURA, SISTEMA DE FRESAR E SERRILHAR, ALIMENTADOR DE CAPAS E SISTEMA PRENSADOR DE CAPA COM MIOLO, SISTEMA DE EXTRAÇÃO PARA REMOÇÃO DE APARAS, COLEIRO PARA COLA QUENTE COM PROGRAMADOR DE AQUECIMENTO, MESA DE SAÍDA DE LIVROS, GAVETA PARA RECEPÇÃO DE CADERNOS.
EDITAL: Os Editais poderão ser retirados na Diretoria de Apoio Técnico, através da Coordenadoria de Suprimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 05 de Outubro de 1993

Ato do Presidente.

RESOLUÇÃO N° 012/93

Data 29 de setembro de 1993

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Campina do Si-

mão.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Campina do Simão:

"Começando na confluência do rio Piquiri com o rio Caçador na linha poligonal perimétrica em confrontação com terras que pertenceram ao município de Pitanga-Pr, hoje Santa Maria do Oeste, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo rio Piquiri no sentido ascendente com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a Estrada Municipal GA-125. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela Estrada Municipal GA-125, confrontando com terras do município de Turvo-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a encruzilhada com a Estrada Municipal GA-134. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela GA-134, confrontando com terras do município de Turvo-Pr, com vários rumos sucessivos até encontrar a encruzilhada com a Estrada Municipal GA-124.

FINALMENTE: Segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Piquiri no sentido ascendente confrontando sucessivamente com terras que pertenceram ao município de Pitanga-Pr atualmente Santa Maria do Oeste-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do rio Piquiri com o rio Caçador na linha perimétrica, onde começou o que encerra a descrição da inicial".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE CAMPINA DO SIMÃO

"Começando na estação P.P.O. na ponte sobre o rio Barbosa e a estrada de rodagem que se dirige para o Grongoró, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Barbosa no sentido descendente confrontando com terras de Irmãos Losso Ltda, com vários rumos sucessivos e distâncias até alcançar a confluência do rio Barbosa e o rio do Tigre e/ou Capivara na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Tigre e/ou no sentido ascendente com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do rio do Tigre e/ou Capivara com o rio Campina na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo rio Campina em sua margem direita no sentido

ascendente confrontando com terras do Sr. Palermo B. de Castro e Outros, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do rio Campina e/ou arroio do Tanque com o arroio do Castro na linha perimétrica.

Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela Estrada Municipal GA-124, confrontando com terras do município de Turvo-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar o rio do Veado na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo rio do Veado no sentido descendente confrontando com terras do distrito de Palmeirinha-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência com o rio Baú na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo rio Baú no sentido ascendente confrontando com terras do distrito de Palmeirinha-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a cabeceira do rio Baú na linha perimétrica. Deste ponto segue por linha seca e divisória com um percurso retilíneo, confrontando com terras do distrito de Palmeirinha-Pr, até encontrar a cabeceira do Arroio Divisa na linha perimétrica. Deste ponto segue por uma linha seca e divisória com percurso retilíneo confrontando com terras do distrito de Palmeirinha-Pr, até encontrar a encruzilhada do Tiné nas GA-471 e GA-132 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela GA-132 confrontando com terras do município de Cantagalo-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar o Rio Cachoeira na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo rio Cachoeira em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do município de Cantagalo-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Piquiri na linha perimétrica.

Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do arroio do Castro no sentido ascendente confrontando com terras do Sr. Palermo B. de Castro, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar uma linha seca poligonal perimétrica na divisa com as terras do Sr. Palermo B. de Castro e Sra. Maria Clara. Deste ponto segue pela linha seca poligonal perimétrica com percurso retilíneo confrontando com terras pertencentes a Sra. Maria Clara até encontrar uma ponte sobre o arroio do Pedro Barbosa e uma estrada geral de rodagem na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do arroio do Pedro Barbosa no sentido descendente confrontan-

do com terras do Sr. Misaél de Paula Freitas, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência com o rio do Tigre e/ou Capivara. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio do Tigre e/ou Capivara no sentido descendente confrontando com terras do Sr. Misaél de Paula Freitas, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar uma linha seca e divisória com terras de Irmãos Losso Ltda.

FINALMENTE: Segue por linha seca e divisória com percurso retilíneo, confrontando com terras de Irmãos Losso Ltda., até encontrar a ponte sobre o rio Barbosa e a estrada de rodagem descrita na inicial, onde começou e encerra a demarcação desta área".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 29.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 95.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 1993
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Dalton Machuca, Neivo Beraldin e Nelson Justus (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 66/93

Curitiba, 30 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do art. 53, inciso IV, da Constituição Estadual, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), para financiamento do "Projeto qualidade do Ensino Público do Paraná". Visa, ainda, autorizar o Poder Executivo a oferecer garantia e contragarantia sobre o valor da operação de crédito a ser contratada, podendo, para tanto, vincular as quotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no art. 159 da Constituição Federal, observadas as vinculações, bem como oferecer ativos reais, a firmar contratos, acordos e abrir créditos adicionais, na forma que especifica.

O plano de lei ora encaminhado consulta plenamente aos superiores interesses do Estado uma vez que o Projeto qualidade no Ensino Público do Paraná, busca alcançar novos parâmetros qualitativos para a educação pública do Estado, fundamentando-se na produtividade do sistema, no bom rendimento escolar, na qualidade dos processos de gestão descentralizada e de parceria e na oferta adequada de meios e insumos que potencializam os resultados alcançados.

Ressalta-se que, ao cenário da produtividade do sistema, agrega-se particularmente o rendimento do aluno, consubstanciado no domínio dos conteúdos mínimos estabelecidos para o ensino básico e no desenvolvimento de habilidades que propiciem condições de participação efetiva no processo de transformação social.

A gestão descentralizada e de parceria Estado/Município redimensiona o espaço de

Curitiba, quarta, em 06.10.93

autonomia da escola e, conseqüentemente, das relações intra e extra-escolares, com a participação ampliada da comunidade no gerenciamento da escola.

Assim, novas bases orientarão a relação dos Núcleos Regionais de Ensino com as escolas, secretarias e/ou órgãos municipais de educação, com os órgãos centrais de gerenciamento do sistema, possibilitando a prática do planejamento estratégico, a implementação eficaz de políticas educacionais abrangentes, a avaliação institucional, a avaliação do rendimento do aluno e do sistema educacional público paranaense.

Este novo patamar qualitativo de resultados e processos terá como suporte a oferta de meios necessários e adequados às demandas básicas da escola e do sistema, tal como aparece dimensionada nos componentes e respectivos programas que serão implementados por este Projeto, conforme quadro demonstrativo em anexo.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

COMPONENTES DO PROJETO POR PROGRAMA

DISCRIMINAÇÃO:

A. MATERIAIS PEDAGÓGICOS E EQUIPAMENTOS

- I - Módulo CBA
- II - Módulo Escolar- 3.^a a 8.^a séries
- III- Módulo - Biblioteca
Divulgação do Programa

B. CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO

- I - Capacitação da Escola
- II - Capacitação das Equipes de Ensino
- III- Capacitação de Capacitadores

C. EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA

- I - Obras Cíveis- Expansão
- II - Obras Cíveis- Manutenção
- III- Equipamentos

D. SAÚDE AO ESCOLAR

- I - Elaboração do Manual
- II - Definição de Sistema de Referência das Escolas para as Unidades de Saúde
- III- Atendimento Médico e Ambulatorial ao Escolar
- IV - Controle das Helminthíases Intestinais
- V - Bochecho com Flúor
- VI - Avaliação do Estado Vacinal e Gar. Vacina aos Alunos

- VII- Avaliação da Salubridade das Edificações e Infra-Estrutura e das condições Higiênicas-Sanitárias de Alimentos
- VIII-Capacitação dos Envol. no Comp. Saúde ao Escolar.

E - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- I - Programa Gestão da Escola
- II - Programa Avaliação do Rendimento do Aluno e Fatores Condicionantes
- III- Programa Análise e Revisão das Bases da Parceria Educacional
- IV - Programa Aperfeiçoamento do Sistema de Informações
- V - Programa de Reorganização Administrativa da SEED
- VI - Reforma das Instalações Físicas da SEED.

F - SISTEMA DE OPERAÇÕES DO PROJETO

- I - Unidade de Gerenciamento Executivo - SEED
- II - Unidade de Gerenciamento do Projeto - SEPL
- III- Administração do Projeto
 - III.1 - Administração do Comp. Materiais Pedagógicos
 - III.2 - Administração do Comp. Capacitação
 - III.3 - Administração do Comp. Rede Física
 - III.4 - Administração do Comp. Saúde Escolar
 - III.5 - Administração do Comp. Desenvolv. Institucional

G. ESTUDOS, PESQUISAS E AVALIAÇÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, instituição de crédito multilateral, com sede na cidade de Washington - D.C., Estados Unidos da América, para financiamento do "Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná".

Parágrafo Único - Os prazos de carência e de amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia sobre valor da operação de crédito a

ser contratada, podendo para tanto, vincular as quotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no artigo 159, da Constituição Federal, observadas as suas vinculações, bem como, oferecer ativos reais.

Art. 3º - Anualmente, a partir do exercício, subsequente ao da contratação da operação de crédito, o orçamento Geral do Estado consignará dotações próprias para o pagamento do serviço da dívida contratada.

Art. 4º. Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos, aditivos e outros instrumentos públicos e particulares necessários à obtenção da operação de crédito e à outorga das garantias e contragarantias de que trata esta lei.

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do "Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná" com os municípios do Estado do Paraná;

III - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, para atendimento das despesas com sua aplicação.

Art. 5º - Os recursos para a abertura dos Créditos Adicionais de que trata o artigo 4º serão os provenientes da operação de crédito a ser realizada, de acordo com as disposições desta Lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 67/93

Curitiba, 04 de outubro de 1993.
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que visa a alteração dos critérios de concessões de gratificação de incentivo aos docentes do ensino superior, com base na titulação acadêmica que possuem.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração, ao propiciar justo atendimento a antiga reivindicação dos docentes do Ensino Superior do Estado.

Com tal medida procura-se contemplar por um lado, o estímulo ao desenvolvimento profissional do docente, e por outro, dotar o Estado de um quadro altamente qualificado voltado ao aprimoramento científico com o objetivo de buscar soluções aos problemas existentes nos mais diversos

campos do conhecimento.

Neste sentido, o presente Anteprojeto, ao invés da simples elevação dos percentuais de gratificação, altera também os critérios de sua aplicação, tornando-os mais seletivos, de forma que o efeito pecuniário será maior sempre que ocorrer a compatibilidade entre a titulação e a classe a que pertence o docente, ou seja: Professor Auxiliar, título de especialização; Professor Assistente, título de mestre; Professor Adjunto, título de doutor e Professor Titular, título de doutor.

Nesse caso os percentuais serão de 10% (dez por cento), 30% (trinta por cento), 50% (cinquenta por cento) e 50% respectivamente, aplicados sobre os seus vencimentos básicos.

Por outro lado, o professor cuja posição na carreira seja superior à titulação que possuir, terá o percentual da gratificação aplicado sobre o vencimento da última referência da classe correspondente ao título.

Busca, ainda, este Anteprojeto, com vistas a dar tratamento único a esta categoria no Estado do Paraná, trazer os docentes ex-celetistas ao abrigo da Lei nº 9.887/91, que trata da carreira do Magistério do Ensino Superior.

Possíveis adequações à citada Lei poderão ser necessárias, haja vista o pequeno número de servidores atualmente a ela vinculados.

Portanto, fixa-se um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para que, em sendo necessário, se apresente ao Chefe do Poder Executivo a devida proposta de alteração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná, compreendido pelo artigo 70 da Lei nº 10.219/92, fica subordinado aos dispositivos da Lei nº 9.887/91.

Parágrafo Único - As alterações que se fizerem necessárias para a adequada aplicabilidade do disposto neste artigo, deverão ser encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, permanecendo em vigor, neste mesmo período, os atuais dispositivos de desenvolvimento dos docentes nas carreiras das Instituições de Ensino Superior.

Art. 2º - O artigo 11 da Lei nº 9.887/91 passa a vigorar com a seguinte

redação:

"Art. 11 - Em função da titulação que possuírem, os docentes perceberão mensalmente gratificação de incentivo, conforme abaixo especificado:

I - 10% sobre o vencimento do seu nível salarial, aos integrantes da classe de Professor Auxiliar, quando portadores de título a nível de especialização.

II - 10% sobre o vencimento do nível IV da classe de Professor Auxiliar, aos integrantes de classes mais elevadas, quando portadores de título a nível de especialização.

III - 30% sobre o vencimento do seu nível salarial, aos integrantes da classe de Professor Assistente, quando portadores de título a nível de mestrado.

IV - 30% sobre o vencimento do nível IV da classe de Professor Assistente, aos integrantes de classes mais elevadas, quando portadores de título a nível de mestrado.

V - 50% sobre o vencimento do seu nível salarial, aos integrantes das classes de Professor Adjunto ou Professor Titular, quando portadores de título a nível de doutorado ou livre-docente".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o artigo 3º, da Lei nº 9.788, de 29.10.91 e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 68/93

Curitiba, 04 de Outubro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 22.200.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com material de consumo, prestação de serviços, reparos e investimentos.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação do próprio Departamento.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de

15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 22.200.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manuten-

ção - DECOM.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01		CR\$ 1,00 (REAL)	
APRESENTAÇÃO							

OFÍCIOS

Sob o nº 1751/93, do Senhor Kielse Crisóstomo da Silva - Presidente em exercício do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, em setembro de 1993. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 1752/93, do Senhor Kielse Crisóstomo da Silva - Presidente em exercício do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal daquele Tribunal de Contas, em setembro de 1993. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº DTL/SAT/270/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 370/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/288/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 324/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº ATCC 4593/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Namir Piacentini, que pede esclarecimentos ao Governador do Estado, sobre "Pleitos Parlamentares". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

LCM/AL/4241/93

Senhor Presidente.

Pelo presente, venho à presença de V. Exa. com o objetivo de informar a minha filiação ao Partido Democrático Trabalhista - PDT, ocorrido em 29.07.93.

Sendo o que se propõe para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exa., justificativas no sentido de que sejam abonadas suas faltas nos dias 11, 13 e 14 do corrente mês, nas ses-

Curitiba, quarta, em 06.10.93

sões plenárias, motivado por convites para solenidades em vários municípios da região que represento.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) EURIDES MOURA

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exa., justificativas no sentido de que seja abonada sua falta no dia 07/10 do corrente ano, na Sessão Plenária, motivado pela visita do Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes Mário Pereira, em Rolândia, para tratar de assuntos da Obra do Contorno Sul naquele município.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) EURIDES MOURA

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a indicação de Membro para compor a Comissão de Fiscalização.

Deputado Edson Silva Lino - Titular

Deputado Nilton Barbosa - Suplente

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) NILTON BARBOSA

Líder do P.P.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 582/93 constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 037 e 296/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO Nº 3855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de dis-

cussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 3862

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 340/93, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Moradias Atenas I e II, com sede e foro nesta Capital.

O presente requerimento docorre do fato que a referida Associação já é reconhecida como de Utilidade Pública através da Lei n° 9.013, de 13.06.89.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja feita a juntada dos documentos anexo, ao Projeto de Lei n° 575/91, que revoga a Lei n° 7727 de 25.07.1983.

A finalidade é trazer a lume, documentos comprobatórios de tal retificação, das divisas e confrontações, se faz necessária, haja vista a localidade pertencer de fato ao Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 05 de outubro, do Senhor Alberto Esper Kallas.

Empresário conceituado na cidade de Arapongas, teve sempre participação em todos os movimentos sociais, políticos, esportivos e filantrópicos da comunidade.

Foi Diretor da Fundação Educacional de Arapongas, Presidente do Clube Comercial de Arapongas, Presidente do Arapongas Futebol Clube, deixando marcas de sua capacidade por onde passou.

Seu amor à terra e sobretudo o irrepreensível comportamento de cidadão e chefe de família, notabilizaram-no.

Seu passamento foi sentido por toda a população e principalmente pelos seus inúmeros amigos, que gozando de sua intimida-

de puderam sempre constatar suas virtudes.

Deixa viúva Dona Lucélia Lafracchi Nogueira Kallas e os filhos Carlos Alberto, Chafic e Solange Esper Kallas.

A Assembléia Legislativa associa-se a dor de seus familiares e deste voto se pede seja dado conhecimento à família que reside em Londrina, à Rua Santos n° 801.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 3875

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Doutor José Carlos Gomes Carvalho, vice-Prefeito de Curitiba, pela boa administração interina da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Por ocasião do Prefeito Rafael Greca de Macedo ter viajado ao exterior, o seu vice, Doutor Carvalho, assumiu interinamente a Prefeitura de Curitiba, aonde realizou boa administração, ainda que teve alguns obstáculos como o mau tempo, que provocou enchente e destruição em Curitiba e região.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, ao Doutor José Carlos Gomes Carvalho, na Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3877

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à 5.^a Companhia do Batalhão de Polícia Rodoviária, sediada na região dos Campos Gerais, pelas atividades desenvolvidas durante a Semana Nacional de Trânsito. rias, e entre elas estão a distribuição de folhetos educativos aos motoristas, propagandas, blitz, proferimento de palestras nas escolas de 1° e 2° graus e nas empresas de transporte de cargas e coletivos, aulas práticas com simulador de direção.

A campanha tem como objetivo principal, despertar o público de que o trânsito é responsabilidade de todos. O tema da campanha deste ano é "Trânsito, uma Questão de Economia".

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Companhia, em nome de seu Comandante, Enéas Pacher da Silva.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3878

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à Prefeitura Municipal de Toledo, pela realização da Expotécnica e da 20ª Festa do Porco no Rolete.

A Expotécnica, é um evento que procura reunir diversas iniciativas, como debates, palestras e exposições; nas áreas da ciência e tecnologia, agropecuária, educação e cultura, psicultura, meio ambiente, Indústria e Comércio e serviços. Paralelo à Expotécnica, será realizada a 20ª Festa do Porco no Rolete.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à Prefeitura Municipal de Toledo, em nome de seu Prefeito Municipal, o Senhor Albino Corazza Neto.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3883

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao poeta e trovador paranaense Harley Clóvis Stocchero, um dos vencedores dos VI Jogos Florais de Vila Nova de Famalicão, em Portugal.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Um dos poetas do nosso século que tem carinho especial pelo gênero da trova, que guarda em si um misto paradoxal, de simplicidade e complexidade, Harley Clóvis Stocchero, escritor e poeta paranaense, já conquistou diversos prêmios com composições de trovas.

"É o Brasil ou Portugal?...

Nenhum dos dois, com certeza,

Minha pátria, sem igual,

É a língua portuguesa!"

Com estes versos, o trovador Harley, de Almirante Tamandaré, conquistou o 3º lugar nos VI Jogos Florais de Vila Nova de Famalicão, em Portugal, realizados recentemente. Um fato importante a ser destacado é que os dois primeiros colocados foram portugueses.

Por sua sensibilidade primorosa e por sua dedicação apaixonada à trova, que eleva o nome do nosso Paraná e do nosso Brasil no cenário da literatura universal, propomos a presente distinção, através dos anais do Poder Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 3884

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo do Estado votos de congratulações a Excelentíssima Senhora Maria Lúcia Pereira Lima de Camargo, por ocasião da comemoração do Dia da Secretária.

Que do teor do presente dê-se ciência, além da homenageada, à Associação das Secretárias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Neste dia 30 de setembro estamos comemorando o Dia da Secretária. O calendário brasileiro é pródigo em dedicar datas às mais diversas profissões: médicos, advogados, administradores, etc. Mas nenhuma dessas datas é tão especial quanto o 30 de setembro, exatamente porque ao lado de qualquer um desses profissionais de sucesso há sempre uma competente e dedicada secretária.

Ao propormos o presente voto de congratulações a Senhora Maria Lúcia Pereira Lima de Camargo, secretária do arquiteto Jaime Lerner, queremos prestar uma homenagem, na verdade, a todas as secretárias do Paraná e do Brasil.

Secretária de Jaime Lerner desde 1980. Maria Lúcia, ou simplesmente "Duda" como a maioria se acostuma a chamá-la é um modelo de eficiência. Dona de uma agenda com cerca de dois mil números de telefone, regularmente atualizados. Duda responde com competência às tarefas que advêm da projeção internacional do seu chefe: já chegou a atender a uma média de 130 telefonemas por dia, administrando os diversos pedidos, despachando os assuntos a fim de não sobrecarregar o seu chefe e a mais que concorrida agenda de compromissos do urbanista mais requisitado do Brasil.

Duda é séria e dinâmica, agradável e atenta aos mínimos detalhes do que está ao seu redor. Não respeita, entretanto horários: invariavelmente chegou mais cedo do que o necessário e deixou o trabalho bem além do horário comum aos demais trabalhadores.

"É uma arte difícil a de ser secretária. É importante nunca ser agressiva, mesmo que o assunto seja complicado. A gente não é dona do tempo, das vontades e nem dos sonhos. Ser secretária é uma arte. É a coisa mais difícil do mundo. Fazendo porque gosto, acho que é a melhor coisa do mundo" - palavras de Duda.

Cumprimentar essa mulher que faz da profissão uma arte e um sacerdócio, é abraçar todas as profissionais do secretariado que diariamente, auxiliando quem quer que seja, emprestam sua colaboração para o crescimento do nosso Estado e do País.

REQUERIMENTO N° 3885

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à arquiteta Maria Leonor Loureiro, professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela conquista do Prêmio Rodrigo Lefèvre de 1993.

Que do teor do presente dê-se ciência à homenageada, ao Conselho Regional de Arquitetura e à PUC-Pr.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A arquiteta Maria Leonor Loureiro, professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-Pr), foi a vencedora do Prêmio Rodrigo Lefèvre, versão 1993 - jovens arquitetos promovidos pelo Instituto de Arquitetura do Brasil de São Paulo. Ela venceu na categoria ensaio com o trabalho: Santos na Virada do Século - O Ordenamento Possível. O ensaio se refere à primeira intervenção de planejamento urbano feita no Brasil pelo engenheiro sanitário Saturnino Rodrigues de Brito.

Profissional das mais competentes, reconhecida pela sua dedicação, criatividade e competência, Maria Leonor Loureiro, também destacada professora da PUC/Pr, obtém agora reconhecimento nacional, conquistando o importante Prêmio Rodrigo Lefèvre.

Por essa conquista, que eleva o nome do nosso Estado no cenário da arquitetura nacional, é que propomos a presente homenagem a Maria Leonor Loureiro, através dos Anais da Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO N° 3889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de congratulações à Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP, pela realização dos XLIII Jogos dos Servidores Públicos do Paraná, a realizar-se no período de 07 a 28 de outubro do corrente ano. Requer, ainda, que da decisão do Plenário, seja cientificado o Presidente da referida Associação, Senhor Brasil Paraná de Cristo, à Rua 24 de Maio, 248, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3894

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos

deste Poder Legislativo, voto de congratulações ao Supermercado Condor pela comemoração dos seus 19 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Exemplo de supermercado em nosso Estado, o Condor nasceu há 19 anos, aqui em Curitiba, consolidando-se ao longo dos anos como uma empresa compromissada com a qualidade e respeitadora do consumidor.

Essa linha de trabalho rendeu ao Condor inigualável prestígio em nossa Capital, refletido no grande número de clientes que lhe dão preferência.

É-me particularmente gratificante prestar esta homenagem ao Supermercado Condor, por haver sido, há muitos anos, um dos pioneiros das mensagens publicitárias daquela empresa, tão ao modo de ser dos curitibanos.

Cumprimentar o Condor pela marca dos 19 anos é congratular-se com a forma de trabalho que adota, com o seu respeito ao consumidor, com sua consciência para cooperar nas questões sociais em que é chamado, com a política que adota com seus trabalhadores e com os padrões de qualidade que imprime na prestação dos seus serviços e comercialização de produtos.

REQUERIMENTO N° 3876

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de aplauso, à Rede Globo de Televisão pela iniciativa de gravar a novela "Sonho Meu", em Curitiba, contraindo inclusive talentos artísticos locais.

A novela está mostrando vários pontos da cidade principalmente locais turísticos, praças, e demais locais que Curitiba apresenta de bonito.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, ao Diretor da Rede Globo de Televisão do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância equipada para a prefeitura Municipal de Cândói, a fim de prestar atendimento comunitário à população carente do município.

O Município de Cândói é composto por

04 Distritos, além da sede, ocupados por uma população extremamente carente.

A doação de uma ambulância equipada muito contribuiria para a municipalidade prestar um atendimento comunitário, na área da saúde, mais eficiente e abrangendo uma parcela maior da população de Cândói.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Cândói.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 3857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, MD. Diretor-Presidente da FUNDEPAR, solicitando a doação de 15.000 cadernos; 15.000 canetas; 15.000 lápis; 15.000 borrachas; 15.000 réguas; 15.000 caixas de lápis de cor; 15.000 apontadores; 500 caixas de giz e 100 caixas de papel sulfite, para o funcionamento das Escolas Municipais de Ortigueira durante o ano letivo de 1994.

O Município de Ortigueira possui uma população superior a 60.000 habitantes e conta com mais de 100 estabelecimentos de Ensino, sendo que mais de 10.000 crianças estão matriculadas e frequentam os cursos de ensino fundamental no corrente ano.

Para o ano de 1994 estima-se um maior número de alunos para freqüentarem os bancos escolares e, ressaltando que a maioria são filhos de famílias de baixa renda, solicito a doação de material escolar para evitar uma evasão dos estudantes, por razões econômicas.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 3880

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente a S. Exa. Sr. Ministro dos Transportes, solicitando informações amplas e detalhadas sobre os motivos da paralisação das obras de construção da chamada Estrada Boiadeira, no percurso entre Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste, no Noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Reunidos na cidade de Umuarama nos dias primeiro e dois de setembro, durante o Fórum da ECO/Noroeste, lideranças políticas e empresariais, além de técnicos das diferentes áreas governamentais, diagnosticaram as principais causas do empobreci-

mento sócio-econômico e do acelerado esvaziamento populacional do Noroeste paranaense. Dentre outros fatores, sobressaiu o descaso do Governo Federal em relação às obras estruturais e por isso basilares para o harmônico desenvolvimento regional, como é o verificado na paralisação das obras de pavimentação da rodovia que liga Cruzeiro do Oeste à Campo Mourão.

Segundo denúncia da imprensa, a primeira etapa do projeto, constituída de aterros, canaletas e tubulações, foi executada ainda em 1989 e está sendo destruída pelo tempo, numa mostra de como se desrespeita o dinheiro público e se contribui para com o enfraquecimento de toda uma região.

REQUERIMENTO N° 3858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Moacir Favetti, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura policial para atender o Município de Cândói.

A Delegacia de Cândói vem enfrentando sérias dificuldades para prestar à população um atendimento mais ágil e eficiente, tendo em vista a extensão territorial e a falta de um veículo em boas condições de uso para que os policiais possam locomover-se de um ponto a outro do Município.

A doação do veículo para a Delegacia iria dar condições para os policiais desenvolverem suas atividades mais rapidamente, atingindo sua meta maior: promover a segurança da população.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Cândói.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 3859

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente, ao Sr. Governador do Estado, no sentido de instruir ao Comando da Polícia Militar do Estado, quanto a intensificação de policiamento nas praças Carlos Gomes e Rui Barbosa, mais especificamente próximo aos pontos de ônibus.

A solicitação está sendo feita pela Sra. Neusa Furlan, a qual tem duas filhas que são universitárias, usuárias dos ônibus que têm ponto nessas praças, e infelizmente já foram vítimas de assaltos por "pivetes" que por lá circulam.

No dia 29/09 do corrente, uma de suas

filhas sofreu tentativa de assalto na praça Rui Barbosa, ficando ferida no braço ao ser cortada com uma faca empunhada pelo marginal ao aguardar o ônibus, fato este ocorrido no período da manhã. Vários casos de assaltos ocorrem diariamente, causando muita insegurança e apreensão a toda população, motivo pelo qual pedimos um maior policiamento nas praças de nossa cidade.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3860

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de colocar cobertura no ponto de ônibus em frente ao "Bailão do Purkote", localizado na Avenida Anita Garibaldi, próximo ao terminal da Cachoeira, no Município de Almirante Tamandaré.

O pedido foi feito pelos usuários do ônibus Cachoeira e que fazem uso do referido ponto, uma vez que ficam à ação do sol e da chuva todo dia. Pedem urgência no atendimento, pois devido as constantes chuvas que vêm ocorrendo, estão sofrendo muito.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3861

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de informar aos moradores da Rua Vicente Canestraro, localizada do bairro Jardim Paraná, no município de Colombo, a data em que suas casas serão removidas do local pelo PROSAM.

A informação está sendo solicitada pelos moradores dessa rua, os quais afirmam que residem perto de um rio, suas casas já foram carimbadas há seis meses atrás e até agora não receberam mais notícias de quando será executada a referida remoção.

Pedem que a SANEPAR lhes forneça alguma informação mais precisa, procurando desta forma deixá-los mais tranquilos e principalmente, no sentido de evitar os atropelos de última hora.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a reforma da Escola Estadual Procópio Ferreira Caldas, no Município de Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pinhão, como outros do Paraná, também tem o seu processo de crescimento da população em idade escolar, aliado ainda ao sistema que os educandos aprovados entre a primeira e quarta séries, em sua grande maioria preferem ficar no próprio estabelecimento de origem e isso aumenta o número de matrículas numa base de 30 por cento, por cada série, ficando os estabelecimentos escolares, constantemente na dependência do governo para o aumento de salas de aula.

A Prefeitura Municipal, por sua vez, está com o índice de arrecadação em baixa, com isso criando dificuldades em seu orçamento, na parte destinada a execução de obras.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado ao Exmo. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, a solicitação da reforma da Escola Estadual Procópio Ferreira Caldas, no Município de Pinhão, ou ainda a liberação de recursos à Prefeitura Municipal, para execução dessa obra.

REQUERIMENTO Nº 3869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Stênio Sales Jacob, Digníssimo Presidente da SANEPAR, solicitando a construção da Estação de Tratamento de Esgotos no Município de Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Governador Roberto Requião, nas alocações que fez constantemente, tem afirmado categoricamente que, o Saneamento Básico está sendo implantado em várias cidades do Estado, especialmente aquelas que se habilitam junto a SANEPAR para receber esse benefício do Governo Estadual.

Diante dessas afirmativas do Chefe do Poder Executivo Estadual, que queremos crer, não as faz simplesmente por fazer, mas demonstra uma realidade dos fatos, solicitamos que seja enviado uma correspondência ao Exmo. Sr. Stênio Sales Jacob, Digníssimo Presidente da SANEPAR, nesta Capital, solicitando a construção da Estação de Tratamento de Esgotos, no Município de Pinhão-PR.

REQUERIMENTO N° 3870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a reforma da Escola Estadual Mário Evaldo Morski, no Município de Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pinhão, como outros do Paraná, também tem o seu processo de crescimento da população em idade escolar, aliado ainda ao sistema que os educandos aprovados entre a primeira e quarta séries, em sua grande maioria preferem ficar no próprio estabelecimento de origem e isso aumenta o número de matrículas numa base de 30 por cento, por cada série, ficando os estabelecimentos escolares, constantemente na dependência do governo para o aumento de salas de aula.

A Prefeitura Municipal, por sua vez, está com o índice de arrecadação em baixa, com isso criando dificuldades em seu orçamento, na parte destinada a execução de obras.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado ao Exmo. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, a solicitação da reforma da Escola Estadual Mário Evaldo Morski, no Município de Pinhão, ou ainda a liberação de recursos à Prefeitura Municipal, para execução dessa obra.

REQUERIMENTO N° 3871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Deputado José Durval Matos do Amaral, Digníssimo Secretário de Trabalho e da Ação Social, solicitando que o Projeto de Hidrossolúveis de Soja (vaca mecânica), seja implantado no Município de Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Em função do processo econômico que assola a Nação Brasileira, a cada dia que passa aumenta o número de pessoas carentes, e consecutivamente os reflexos também atingem a população educacional, onde a maioria vai às Escolas sem nenhuma alimentação. Com a instalação do Projeto de Hidrossolúveis de Soja (vaca mecânica), numa ação conjunta com a Prefeitura, será realizado um trabalho a contentar os carentes do Município.

Diante desses fatos, solicitamos que

seja enviado uma correspondência ao Exmo. Sr. Deputado José Durval Matos do Amaral, Digníssimo Secretário de Trabalho e da Ação Social, solicitando a instalação no Município de Pinhão do Projeto de Hidrossolúveis de Soja (vaca mecânica).

REQUERIMENTO N° 3872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, para determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER - no sentido de elaborar o projeto de Engenharia do trecho da BR-369 (contorno Sul de Bandeirantes) até o Bairro Ormeneze, numa extensão de 9,6 quilômetros.

Dar ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Alécio Zamboni Neto e aos Senhores Vereadores do Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Há vários anos as autoridades municipais e as lideranças comunitárias do bairro reclamam ao Estado a pavimentação desse trecho que liga o Bairro Ormeneze à Bandeirantes.

É uma região densamente povoada, com desenvolvimento acentuado na agricultura e no comércio, merecendo receber dos órgãos públicos estaduais um tratamento condizente pela sua pujança econômica a nível municipal.

Seu povo é ordeiro e trabalhador merecendo, assim, melhores condições de vida.

A ligação desse trecho reacende a chama de progresso na região.

A primeira etapa desta reivindicação é a elaboração do projeto. É o que estamos pedindo e encarecemos ao Senhor Secretário o atendimento.

REQUERIMENTO N° 3873

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Senhor José Moacir Favetti, solicitando que seja destinado um delegado para a Delegacia de Proteção ao Menor de Ponta Grossa.

Desde que o delegado titular José Rodrigues Alves foi transferido para Apucarana, a Delegacia está sob a responsabilidade de Darci Bianchini, adjunto, que acumula esta função.

A falta de delegado, não é o único problema, não há policiais suficientes, além da falta de viaturas, e apenas um esboço para preparar todos os procedimen-

tos.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3874

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando a ligação do telefone comunitário no Colégio Núcleo Santa Luzia, em Ponta Grossa.

O telefone já foi concedido, em reunião em Ponta Grossa, pelo Secretário de Educação, Senhor Elias Abrahão, só que até o momento o mesmo não foi ligado.

Ciente do espírito cristão do ilustre Presidente, a reivindicação justa e comunitária agradecemos em nome da diretoria, professores, pais e alunos daquela escola estadual.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3879

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Casa do Informe OAB - Seção Paraná - publicado pelo jornal Gazeta do Povo à página 9 da sua edição de 13 de setembro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Nos três primeiros dias de setembro esteve reunido na cidade de Canela, no Rio Grande do Sul, o Colégio de Presidentes Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Após discussão de temas institucionais e corporativos, o Colégio divulgou a Declaração de Canela composta de seis importantes proclamações. A primeira, sobretudo, é um verdadeiro tributo de respeito e reconhecimento aos avanços populares estabelecidos pela Constituição, a Cidadã, como apropriadamente, a batizou Ulysses Guimarães.

Mais adiante, sem rebuscamentos nem subterfúgios o Colégio de Presidentes Seccionais da OAB grafa em seu quarto item claro posicionamento contra a revisão constitucional alertando sobre a inoportunidade e a inaceitabilidade de sua realização.

Chama a atenção a Declaração de Canela quando neste parágrafo reclama que "a constituição ainda não pôde ser testada na sua inteireza, por injustificável ausência de regulamentação, até o momento, de grande parte de seus dispositivos, seja porque a coincidência com o processo político-eleitoral em todos os níveis, fará com

que interesses menores dos prováveis candidatos e seus respectivos partidos se sobreponham aos interesses maiores da sociedade brasileira".

REQUERIMENTO Nº 3886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição dos Anais da Casa, do Editorial Bom Dia de hoje, do Jornal Indústria e Comércio, conforme matéria em anexo.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 3895

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita nos Anais do Poder Legislativo do Paraná a entrevista concedida pela empresária Maria Christina de Andrade Vieira ao jornalista Aroldo Murá Haygert e publicada no jornal Indústria e Comércio do dia 05 de outubro próximo passado.

Que do teor do presente dê-se ciência à Senhora Maria Christina de Andrade Vieira e aos jornalistas Aroldo Murá Haygert e Odone Fortes Martins, no jornal Indústria e Comércio.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Aroldo Murá, sem dúvida alguma, um dos melhores jornalistas deste País, emprestou sua aguda sensibilidade, reconhecido talento profissional e viva inteligência à entrevista com a empresária Maria Christina de Andrade Vieira.

Foi certamente um encontro dos mais felizes.

De um lado o jornalista atento, o homem de letras, e do outro a mulher que reúne predicados numerosos, empresária consciente e liderança emergente no cenário político e empresarial do Paraná e do País.

Socorro-me das palavras de Aroldo para falar de Maria Christina: "Ela é o bom resultado de tradicional raiz mineira, a gente das Alterosas, família de Lavras - Vilhena de Andrade, fazendeiros, políticos e profissionais liberais do Direito e da Medicina -, misturada com o sangue de mascate do pioneiro Miguel Antun, seu avô paterno, libanês que, aos 16 anos aportaria em Santos.

Fala com orgulho da sua árvore genealógica. Pelos dois lados. Tanto aquele que gerou um dos primeiros senadores da República, Vilhena de Andrade, cuja fruto desta realidade ainda não de todo avaliada que foi o Seminário do Caraça, influencia-

do culturalmente todo um povo -, como da escola de mascate que Miguel frequentaria, em São José do Rio Preto, SP, no final do século. Era uma escola de aculturação à realidade nova para quem, vindo de uma aldeia libanesa onde se cultivava o bicho-da-seda, seria preciso fazer-se vendedor. Sertão a dentro, em lombo de burro".

Os primeiros sintomas de mulher independente surgiram no caráter de Maria Christina ainda moça, quando desafiando os padrões da época, que recomendavam às moças não andarem a cavalo, montava às escondidas.

Curitibana da Avenida Iguagu, Maria Christina é presidente da Associação Comercial do Paraná, diretora da BAMERINDUS Empreendimentos e da Associação Cultural Avelino Vieira. É a primeira mulher a presidir a ACP, em 100 anos de existência.

Mulher disciplinada, Maria Christina iniciou os estudos no Colégio Nossa Senhora de Sion, aqui em Curitiba, não concluindo o curso normal naquele tradicional estabelecimento, por um preceito que considerava violador da sua liberdade individual.

Na entrevista a Aroldo vemos que Maria Christina, de longe, trás o temperamento de pioneira lutadora pelos seus direitos e projetos e, principalmente, mulher estudiosa.

Concluiu o curso normal, formou-se em Filosofia Pura pela PUC/Pr, especializando-se em antropologia social pela UFPR. Exerceu o magistério superior, transmitindo os conhecimentos acumulados a universitários paranaenses por quatro anos.

Interessante é o seu estudo sobre os bailes de debutantes na capital do Estado, enfocando-o como um rito de passagem típico da sociedade capitalista e que teria chegado a Curitiba nos anos 20.

O dinamismo de Maria Christina é invejável: cuida da sua fazenda povoada de neles e milho, dirige associações culturais, é diretora do BAMERINDUS e presidente da ACP. Tudo com seriedade e competência.

O BAMERINDUS devolveu ao Paraná e a Curitiba, em especial, um pedaço de sua história: o Palácio Avenida. Na restauração e documentação histórica do Palácio há as marcas indelévels de Maria Christina.

O novo desafio, dirigir a Associação Comercial, não intimidou a empresária: conquistou a confiança e a admiração de todos, imprimindo na sua gestão suas próprias características e preocupação com as questões sociais.

Isso é notável em Maria Christina: é empresária, tem consciência social, sabe da função da empresa no Brasil e busca cooperar para o resgate dessa função social.

Falou, do alto de sua cultura e esclai-

recimento, de nomes que nosso País não pode perder, na política, na cultura, na iniciativa privada.

Se o meu amigo Aroldo Murf... me permite o acento, devo concluir: Maria Christina, uma mulher que Curitiba, o Paraná e o Brasil não podem perder.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 590/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas que atuam nos serviços de dedetização, no território do Estado do Paraná, a fornecer aos usuários o nome dos componentes químicos utilizados nas dedetizações, indicando a respectiva dosagem, indicações, contra-indicações, reações adversas e precauções, para fins de assistência médica.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, razão e porque do presente plano de lei, que obriga as empresas que atuam no serviço de dedetização a fornecer a fórmula dos produtos químicos utilizados nas dedetizações, indicando a composição, indicações, contra-indicações, reações adversas, precauções, nomes das substâncias químicas, para casos de emergência médica.

As substâncias químicas, ou os produtos químicos utilizados pelas empresas dedetizadoras, podem causar efeitos nocivos aos organismos vivos, e, principalmente aos seres humanos, pois existem doenças alérgicas a determinados produtos químicos, ou em caso de intoxicação, o receituário prestará as informações ao profissional da saúde que estiver prestando os primeiros socorros à vítima em caso de emergência e, inclusive para fins de prescrição da medicação adequada ao paciente, visando sua pronta recuperação.

Em resumo, o presente plano de lei visa proteger a saúde da população de nosso Estado, e tenho certeza que o mesmo será aprovado por essa Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 591/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na

data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Bela Vista do Paraíso, com mais de 15.112 habitantes, aproximadamente, e com taxa de crescimento demográfico acentuando-se ainda mais nos últimos anos, necessita urgentemente de uma Delegacia da Mulher.

Sua população feminina ocupa cada vez mais importante papel no mercado de trabalho e tantos outros setores da Sociedade Belavistense. Nessa conquista, freqüentemente a mulher é vítima da discriminação, violência física e tantos outros tipos de humilhação.

Assim sendo, é extremamente necessária a instalação deste Órgão especializado no atendimento a estes casos.

PROJETO DE LEI N° 592/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Delegacia da Mulher, no Município de Castro - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Castro, que conta hoje com mais de 66.221 habitantes, vê sua população feminina alcançando, cada vez mais, posições de destaque nos meios profissionais, culturais e outros, tão importantes para o desenvolvimento generalizado do mesmo.

Infelizmente, neste cotidiano de conquistas, a mulher enfrenta a discriminação e muitos outros tipos humilhantes de violência.

Portanto, a instalação de uma Delegacia da Mulher neste Município é urgente, pois só assim essas mulheres terão um atendimento especializado nestes casos.

PROJETO DE LEI N° 593/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", com sede e foro no Município de Godoy Moreira.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declará-la de Utilidade Pública, desde a sua fundação, vem procurando cumprir com todas as finalidades expostas em seu estatuto, ou seja, o atendimento a mulher, no que tange à higiene e sua proteção antes, durante e após o parto, prestando-lhes também assistência médica e nutricional à mãe e à criança enferma e desnutrida.

A documentação em anexo, vem comprovar os trabalhos assistenciais da referida associação, como também preencher todos os itens exigidos pela lei que regula a declaração de Utilidade Pública em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N° 594/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Assis Gurgacz.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O homenageado teve importante participação no desbravamento do oeste do Estado, principalmente em Cascavel onde se radicou em 1959, formou a sua família e acreditando na potencialidade da região investiu firmemente, colaborando sobremaneira com o progresso e crescimento hoje vivenciado. Sua trajetória marcada pela coragem, trabalhando arduamente conseguiu se transformar de um modesto vendedor ambulante para um dos empresários mais bem conceituados do Brasil no ramo de transporte rodoviário de passageiros.

Homem com visão futurista, não restringiu sua atividade apenas no Paraná, mas abriu caminho para integração entre este Estado e outros, especialmente no norte do Brasil, colaborando decisivamente para o desenvolvimento e grandeza desta Nação.

O Paraná deve se orgulhar desse cidadão, simples, arrojado e honrado, digno e extremamente competente, que surgiu de baixo, mas com esforço e trabalho veio galgando degrau por degrau chegando hoje ao que é.

Por isso, esta Assembléia precisa reverenciar pessoas como o Sr. Assis Gurgacz, que tem seu passado marcado por lutas em favor do progresso e desenvolvimento do Brasil.

O oeste do Paraná está orgulhoso por tê-lo entre seus cidadãos que tem destaca-

do o nosso Estado na cenário empresarial.

Assis Gurgacz, é merecedor dessa homenagem, ora proposta, uma vez que não mediu esforços e empenhou-se eficazmente no sentido de alcançar soluções aos problemas que se apresentavam e ainda hoje persistem em inviabilizar qualquer projeto, de qualquer natureza.

Quando muitos especulam no mercado financeiro, outros desanimados buscam outros países para investirem, o nosso homenageado superou os empecilhos, conquistou esforços, gerou milhares de empregos, confiou no Brasil, e sobretudo no nosso Paraná.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Imbaú, desmembrado dos Municípios de Telêmaco Borba.

"Com Município de Reserva: começa no rio Imbaú na Serra do Facão, seguindo pela referida Serra em sentido noroeste até atingir o rio Imbauzinho;

"Com Município de Ortigueira: do rio Imbauzinho desce até a Ponte da Estrada Pr-340;

"Com Município de Telêmaco Borba: segue PR-340 até o Rio Imbaú, rumo Tibagi;

"Com Município de Tibagi: segue ponte da PR-340, seguindo Rio Imbaú até a Serra do Facão, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

O SR. 1º SECRETÁRIO - Finda a leitura do expediente, o Sr. Presidente registra a presença do prefeito de Itambaracá, com sua equipe de trabalho, o vereador Cláudio, de Reserva, o Sr. Secretário da Educação de Reserva, companheiro Jair, e Secretário da Educação em Carlópolis, companheiro Carlos.

No Pequeno Expediente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso a tribuna para, primeiramente, fazer um apelo ao Líder do Governo a fim de que o mesmo contribua para o esclarecimento do escândalo dos helicópteros superfaturados. Por três dias conse-

cutivos, como Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia, tenho tentado, a todo custo, por convocação por escrito, por telefone, fazer com que haja quórum na Comissão de Fiscalização da Assembléia, com a finalidade de deliberarmos a respeito dessa finalidade que está manchando, ou contribuindo, para a grande mancha do Governo Roberto Requião, a nível administrativo. Hoje nós convocamos a Comissão de Fiscalização, somente compareceram lá o Deputado Ovídio Constantino do PT, e os dois Deputados do PDT Namir Piacentini e Luiz Carlos Zuk, nenhum outro Deputado compareceu. Não houve como dar quórum para prosseguimento ou deliberação.

Eu anunciava para a pauta de hoje as seguintes requisições (Lê):

"PAUTA PARA REUNIÃO DA
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
06.10.93

Requisitar da Casa Civil cópia de inteiro teor do primeiro relatório e peças correspondentes, elaborado pela Comissão de Sindicância, determinada através da Resolução Conjunta nº 04/92-PGE-SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado sob nº 3911, de 16.12.92, para apurar ilícitos administrativos, bem como a presunção de autoria dos mesmos na compra superfaturada de 02 (dois) helicópteros; cópia de inteiro teor e peças correspondentes do segundo relatório, divulgado por órgãos do Governo, instruído pelo Procurador Geral do Estado - Carlos Marés, Secretário de Estado da Administração - Luis Gastão de Carvalho e Olivir Gabardo - Ouvidor Geral; solicitar do FUNRESTRAN e FUNRESPOL cópias de inteiro teor dos processos licitatórios relativos a compra dos helicópteros, assim como a documentação relativa aos assuntos para aquisição dos aparelhos; requer junto a Casa Civil informações das providências tomadas com relação ao primeiro relatório, elaborado pelas autoridades nomeadas pela Resolução Conjunta nº 04/92-PGE-SEAD; convocação para audiência de todos os implicados no processo de aquisição de dois helicópteros superfaturados."

Lamentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje por volta das 11:00 horas da manhã eu recebia um telefonema de um Assessor da Liderança do Governo, que faz plantão aqui na Assembléia, um Sr. de barba, começou a discutir comigo a pauta da reunião. Perguntei a ele se ele era Deputado para discutir comigo a pauta da reunião; ele disse que não. Ontem nessa Sessão eu anunciava a pauta da reunião de hoje. Deixou nas entrelinhas de que nesta reunião fosse deliberado qualquer assunto que fugisse à requisição dos processos licitatórios, os Deputados do Governo não iriam aprovar porque fugiam à competência

da Sessão.

É um absurdo o que acontece na Assembleia! Tem gente inabilitada, com procuração de Deputados, para responder à Comissão de Fiscalização. Isto é um absurdo! Chegamos às raias do absurdo! Discutia comigo. Calei-me para não avançarmos em ofensas pessoais, mas teve a petulância, o disparate de discutir comigo a pauta da reunião da Comissão de Fiscalização.

Mais tarde, Srs. Deputados, ficaram de plantão pessoas tentando obstaculizar a passagem de Deputados à Comissão de Fiscalização. Não preciso dizer nem quem é, porque todos os Srs. sabem. Mas é incrível, pessoas com procuração de Deputados para deliberarem por telefone a pauta da Comissão de Fiscalização.

É um absurdo o que acontece na Assembleia! É necessário que a Liderança do Governo tome ciência disso, porque ninguém está brincando de esconde-esconde aqui nesta Assembleia. Ia apenas pedir documentos para tentar esclarecer à opinião pública a verdade, porque a imprensa publica, porque a Comissão de Sindicância elaborou um relatório sério. O Governo desmente e a Assembleia fica à margem desse processo ilícito promovido pelo Governo, que foi a compra superfaturada de dois helicópteros, chegando à casa de mais de seiscentos mil dólares. Isto sem contar o restante dos dezenove itens, porque só cinco foram apurados pela Comissão de Sindicância.

É necessário que a Assembleia se posicione, que dê à Comissão de Fiscalização a oportunidade de reivindicar, de requerer junto ao Governo os relatórios e as peças que fazem parte daquele relatório, assim como todo o procedimento licitatório, senão, amanhã, a Assembleia também poderá como instituição...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Consulto o Deputado se continuará fazendo uso da palavra usando o Horário do PTB.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu uso o Horário do PTB com a anuência de Vossa Excelência.

(Assentimento)

Então, Sr. Presidente, eu faço um apelo para que compareçam à Comissão de Fiscalização, se quiserem votar contra, que votem contra as deliberações, mas, aí, o que nós estamos pedindo é algo sério. Ninguém está brincando de fiscalizar o Governo. É a função precípua e fundamental do Poder Legislativo fiscalizar os atos do Executivo e nós não podemos fugir a essa responsabilidade, fazer vistas grossas, deixar passar ao largo todo esse problema a que o Paraná assiste.

Se o Governo não deve, se não superfaturou,

que dê aos que dão sustentação a ele a oportunidade de esclarecer à opinião pública. Porque, enquanto escondem, não assume a responsabilidade. Ficar acoitando aqueles que superfaturaram helicópteros!

Infelizmente, estou quase que solitário nessa luta. E peço, veementemente, para que o Líder do Governo os Deputados que fazem parte da Comissão de Fiscalização para que eles, comigo, possam discutir. Acredito que todos sejam sérios. Quem não é sério é o Governo do Paraná, porque, além de esconder o que acontece na área do FUNRESTRAN e do FUNRESPOL, acoberta outras irregularidades tantas como já foram denunciadas nesta Tribuna pelo Deputado Colombino Grassano, pelo Deputado Fregonese, Algaci Túlio e por quase todos os Deputados da Oposição.

Se o Governo não teme, se é transparente, deixe os Deputados trabalharem porque amanhã ele terá hombridade, terá moral para contestar qualquer palavra, qualquer ação de pessoas ou instituições que contestem a sua maneira furtiva de administrar, escondida de administrar.

É grave, Srs. Deputados.

O relatório elaborado pela Comissão de Sindicância composta por autoridades do próprio Governo pede providências ao final do relatório, relatório que eu faço questão de ler a sua parte final.

Das conclusões do relatório assinado pelo Luiz Carlos Caldas, pelo Paulo Moacir Wilhelm Rocha, Presidente da Comissão, Yara Christina Eisenbach, membro da comissão, José Renato Lopes de Azevedo, membro da Comissão, Celina Teixeira Soares, membro e secretária da comissão, pessoas ligadas ao governo, na Procuradoria, Secretaria de Administração e Jornalistas, na conclusão do relatório diz o seguinte:

"As solicitações feitas pela presidência desta Comissão (fls.08 e 09 dos autos) ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, foram ignoradas pelos dirigentes daquelas instituições, visto que não se fizeram representar.

Quanto a determinação governamental de eventual punição ao denunciante, Delegado Anibal Bassan Junior, contida na parte final do art. 1º Decreto 1886/92, a Comissão de Sindicância entende incabível em vista de todo o conteúdo presente do relatório."

Naquele decreto o governador pedia que se apurassem responsabilidades e que se punisse o Delegado Bassan por ter entrado com uma ação popular junto a justiça, da devolução do dinheiro roubado dos cofres do Estado e a própria comissão isentou o delegado de qualquer punição. Está escrito no relatório assinado por eles.

Finalizando, cumpre-nos, em atendimento ao que dispõe a Lei 6.174/70, em seu

artigo 312, I e II, responder:

O que diz a Lei 6.174/70, diz o artigo 312:

Ultimada a sindicância, remeterá a Comissão a autoridade que a instaurou relatório que configure o fato, indicando o seguinte:

I - Se é irregular ou não.

II - caso seja, quais os dispositivos violados e se há presunção de autoria.

Então a comissão pede que se obedeça o que dispõe essa lei, nesse artigo e nesses incisos.

a) Houveram irregularidades;

b) Foi violado o art. 279, VI, da Lei 6.174/70, sendo presumíveis autores os membros da Comissão de Licitação, da Comissão de Vistoria e Recebimento das aeronaves e o Presidente do FUNRESPOL.

O artigo 279 diz o seguinte:

São deveres do funcionário:

I - Assiduidade;

II - Pontualidade;

III - Urbanidade;

IV - Disciplina;

V - Lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir;

VI - Observância das normas legais e regulamentares;

Foi irregular todo o processo licitatório da compra de helicópteros. Foi irregular a compra de componentes necessários para os helicópteros superfaturados em mais de 600 mil dólares e a Assembleia não toma providências. A Comissão de Fiscalização não consegue reunir os seus membros para deliberarem sobre isso e requisitar do governo aquilo que ele cometeu de irregular.

Amanhã de novo vamos convocar os Deputados. Faço um apelo ao Líder do Governo para que amanhã libere os Deputados do Governo, para que eles participem da reunião, porque se assim não o fizer estará sendo complacente com o erro, com o roubo, com as falcaturas do Governo Roberto Requião.

Os Deputados não podem compartilhar da irregularidade e da ilegalidade. Estou pedindo apenas documentos que o próprio governo elaborou, que são relatórios elaborados por gente dele, dizendo aquilo que contém o processo licitatório, nada, mais do que isso.

Precisamos oficializar, porque por enquanto está no campo das especulações e das informações jornalísticas.

Então é necessário que haja esse entendimento entre todos nós, para que possamos sair nas ruas de cabeça erguida e dizer que a Assembleia não é complacente com erro, com irregularidade praticada pelo Governo Roberto Requião.

Muito obrigado.

Curitiba, quarta, em 06.10.93

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Peleno Expediente concedo a palavra do Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na tarde de ontem observava a discussão da Deputada Emilia Belinati com o Deputado Dirceu Manfrinato sobre uma questão polêmica do Brasil. Depois de argumentações e contra-argumentações percebi que ambos concordavam que o problema é de educação no País. E me preocupei mais ainda quando vejo na tarde de hoje entrar um pedido do Governo para que se aprove um crédito de 130 milhões de dólares para lançarmos no Estado do Paraná o projeto qualidade do ensino público do Paraná. Srs. Deputados, prestem bem atenção, outro dia o Deputado Nilton Barbosa reclamava da interferência do Secretário da Educação nas regiões que o Deputado representa, tanto luta e reivindica nesta Casa. Acontece o seguinte: 130 milhões de dólares o Governo do Estado está pedindo para o Projeto qualidade de ensino público no Paraná. E pergunto aos Srs: o que fez o pastor Elias Abrahão além de fazer política neste Estado? Determinou que todos os alunos do Estado do Paraná de 1º a 4º não precisariam mais ter notas que passariam de um ano para o outro; e agora determina também que os alunos de 5ª a 8ª a média seja cinco (05). Senhores Deputados, se esse é o Brasil que está dando certo, se é isso aos jovens procuram o ensino público no Estado do Paraná estamos perdidos; estamos pleiteando e através de decreto dizendo que todo o estudante que frequenta a escola pública no Estado do Paraná precisa de apenas cinco (05) para se tornar um aluno aprovado. Que futuro terão esses alunos que estão estudando nas escolas públicas do Estado do Paraná, que futuro terão de competir com outros alunos, os da iniciativa privada e de outros Estados? A coisa está mais séria do que eu penso. Se um aluno precisa só de cinco para ser aprovado fica qualificado que ele só precisa aprender a ler e escrever malmente. Vejam bem Srs. Deputados, o Estado do Paraná não precisaria de professores se apenas cinco a nota que um aluno precisa; o Estado do Paraná precisaria de Jesuítas para catequizar e não para educar os nossos filhos e os filhos da população do Estado do Paraná. Por isso, peço aos Srs. Deputados, muito desses 130 milhões de dólares será dinheiro usado para a campanha política do pastor Elias Abrahão e também de outros candidatos apaniguados do Governador Roberto Requião. Se a gente quiser que realmente os alunos do Estado do Paraná saibam alguma coisa e os professores do Estado do Paraná recebam um salário decente, nós,

Deputados, devemos fazer alguma coisa contra a Mensagem 66/93. Se for para melhorar a qualidade de ensino todos os Deputados aqui votarão nessa suplementação, nesse empréstimo ao Banco Mundial; agora, se for mais uma vez para os malfadados negócios do pastor Elias Abrahão estaremos simplesmente entregando o futuro do Paraná às mãos de pessoas inescrupulosas, pessoas que não estão pensando na geração futura que aí está vindo. Senhores Deputados, pensem bem, estamos brincando com a educação, estamos brincando com as pessoas do Estado do Paraná, porque um Governo que diz que este aqui é o Brasil que dá certo está realmente mentindo, porque o Paraná nada mais é hoje o pior Estado governado nesse País.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - No Pequeno Expediente Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Ao lado do Presidente Orlando Pessuti, dos Deputados Luiz Carlos Zuk, Toti Colaço, Nereu Moura, estivemos desde a última segunda-feira até ontem à noite, representando este Poder Legislativo no Estado de Santa Catarina, mais propriamente em Florianópolis. Fomos também participar de uma reunião da União Parlamentar Interestadual, a UPI, que nos representa a nível nacional, onde tivemos a oportunidade de ouvir explicações do Deputado de São Paulo, Tonico Ramos, que é o Presidente da UPI, ouvimos também uma palestra do ex-Governador, ex-Prefeito e Senador pelo Estado de Santa Catarina, Espiridião Amin. Pudemos, ao lado, do Deputado de São Paulo, Deputados de Minas Gerais, Espírito Santo, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, analisar a situação política do país no momento; pudemos analisar o trabalho que é feito pelas Assembléias e, acima de tudo, pudemos receber algumas orientações e dar algumas sugestões. Aliás neste ponto, o Paraná foi muito feliz porque nosso Presidente e assessoria que nos acompanhou, pudemos com isto levar, para o debate da revisão constitucional, assuntos importantes que serão certamente merecedores das atenções dos Deputados Federais e do Senado.

O Presidente da Assembléia, Deputado Orlando Pessuti dizia que via um misto de preocupação e gravidade que pairava sobre a sociedade brasileira e sobre todos que detêm a responsabilidade para com o atual conjunto da população. Trata-se da revisão constitucional ora em curso. De um lado temos aqueles que propõem uma revisão ampla e radical do Texto Maior, outros, postulam por uma revisão moderada e que con-

temple apenas os desvios existentes.

De nossa parte, acompanhando as atividades das administrações municipais e dos Estados federados, julgamos ser oportuno algumas alterações que viabilizem a vida e a própria sobrevivência dos municípios.

A Constituição Federal de 1988 procurou ordenar o sistema federativo brasileiro através de uma divisão de encargos e responsabilidades, bem como assegurar recursos necessários para implementação dos diversos programas e ações do poder público, em diversas esferas.

De um lado, e isto é verdade, procurou-se a descentralização e municipalização de muitas ações, como a educação e a saúde. De outro, consolidou-se o financiamento das ações municipais em duas formas básicas:

- a transferência da União, via Fundo de Participação dos Municípios - FPM;
- a transferência do Estado, através da Cota-Parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Some-se a isto as receitas próprias oriundas de taxas e impostos municipais e outras transferências intragovernamentais destinadas a programas estabelecidos.

Certamente é por demais preocupante o que acontece, por exemplo, com a partilha da receita oriunda do ICMS, no que refere à parcela municipal. Embora, em nosso caso, a Lei 9491 de 21.12.90 tenha alterado os critérios a partir de 1991, o disposto na mesma é insuficiente para corrigir distorções originadas por legislação superior, até mesmo pela Constituição da República.

Gira a preocupação em torno do tratamento dado às operações com energia elétrica, petróleo, e seus derivados, quando em seu bojo as remessas para outros Estados (art. 155, § 2º, x, b), a Lei Complementar nº 63 de 11.01.90 ao definir "valor adicionado" manda computar aqueles valores (art. 3º, § 2º, II).

Calcula-se que somente neste item o Estado do Paraná, perde cerca de 15% do valor total arrecadado.

Dos fatos conclui-se que são decorrentes de verdadeiros casuísmos, enxertados nas disposições legais. Vejamos:

- a centralização decisória, ao impedir que Estados e Municípios possam exercer livremente a autonomia desejada, ao determinar pela Carta Constitucional que três quartos (3/4) no mínimo, seja considerado pelo peso do valor adicionado (art. 158, parágrafo único, I);

- a imunidade do tributo nas remessas, (por exemplo de energia elétrica) enquanto na ponta de consumo, existe tributação;

- a inclusão na formação de valor adicionado, sem carga tributária (L. C.

Diante do que foi exposto, parece-me que a justiça e lógica se encontrariam na adoção de medidas, perseguindo os seguintes objetivos:

- alteração constitucional do art. 155, § 2º, x, "b", outorgando à origem o direito de tributar (energia elétrica e derivados de petróleo para outros Estados);

- igualmente, do art. 158, par. único, para permitir que estados e municípios decidam livre e integralmente a forma de distribuição (exclusão de regra impositiva de que 3/4 sejam critérios pelo valor adicionado);

Disse mais ainda o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: É de fundamental importância que se aumente a participação dos Municípios e Estados federados no produto da arrecadação dos impostos, passando dos atuais 47% para 66%, destinando-se 36% ao Fundo de Participação dos Municípios. Com isso, acreditamos melhorar substantivamente as possibilidades de desenvolvimento do homem nas cidades, evitando o inchaço em algumas metrópoles, mormente capitais, e humanizando o próprio processo de desenvolvimento econômico.

Outra alteração substantiva deve ser a supressão do parágrafo único do artigo 160, que condiciona a entrega de recursos ao pagamento dos créditos da União, evitando-se tratamento disforme e unilateral por parte desta, incluindo-se, para tanto, o § 5º, do art. 57, do ADCT não se aplicando as sanções previstas enquanto não for procedida a compensação financeira de que trata o § 2º, do art. 202.

Estas são, Senhores Deputados, algumas propostas entre outras que a nosso ver poderão alterar sensivelmente a capacidade da administração pública num processo constante de descentralização de atividades e responsabilidades, bem como dos recursos necessários. É nossa opinião que o homem cresce e se desenvolve, se torna feliz e se humaniza dentro da cidade, e é por isso que nossa posição se coaduna com o sistema federativo fortemente calcado no Município e no Estado do Paraná".

Devemos destacar ainda que foi o Estado do Paraná o Estado que levou o número maior de propostas para este debate com relação à revisão constitucional.

O Estado do Paraná debateu exaustivamente os assuntos mais importantes, deixou uma presença bastante marcante neste Encontro verificado na Cidade de Florianópolis e por isso, nós queremos render homenagens ao companheiro Alfeu Cezarini, ao Nildo Libick, e Harri Avon, assessores da Presidência que nos assessoraram durante os dois dias em que lá permanecemos na ca-

pital do Estado de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, dizer da satisfação que tivemos de participarmos dos debates da revisão do Estatuto ou do Regimento que criou o Conselho Parlamentar do Sul. A criação deste Conselho é de fundamental importância para os quatro Estados do Sul do País, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Sabemos todos nós que vivemos agora já na era do MERCOSUL no Paraná e esses outros três Estados não podem ficar à margem deste processo, abrindo espaço para São Paulo ou para outros Estados, individualmente, o próprio Rio Grande do Sul, quando nós todos - juntos, poderemos somar e trazer grandes benefícios na questão de aumento do progresso nesses 4 Estados, a arrecadação nesses 4 Estados aproveitando o evento do MERCOSUL. Então a criação do Conselho Parlamentar do Sul, que já teve uma reunião preparatória aqui em Curitiba e foi a Capital do Estado do Paraná a nossa Assembléia que saiu pioneira nesse processo e a segunda reunião foi em Santa Catarina e a terceira será no Mato Grosso do Sul e a quarta reunião será no Rio Grande do Sul. E com cada Presidente de cada Assembléia será quatro meses mandato até completar esse restante da nossa legislatura.

Eu acho que foi de fundamental importância a criação também desse Conselho e a preparação do seu Regimento Interno. Concedo aparte ao Deputado Nereu Moura - um dos integrantes da comitiva que lá esteve valorizando e engrandecendo o Estado do Paraná.

O Sr. Nereu Moura - Eu quero cumprimentá-lo Deputado Algaci Túlio pelo seu brilhante discurso que permite a todos os colegas componentes da Assembléia Legislativa do Paraná tomarem conhecimento do trabalho desenvolvido pelos Deputados que foram a Florianópolis acompanhar os trabalhos da formação do Conselho Parlamentar do Sul e também da UPI. Esse encontro foi extremamente importante e a nossa participação foi muito vigorosa - naquele evento - sobretudo pela criação do Conselho Parlamentar do Sul, uma vez que este órgão poderá fazer uma grande integração regional do Sul do Brasil, fazendo com que os Deputados Estaduais tenham uma participação significativa nos números econômicos, políticos do Sul do Brasil a fim de que nós possamos participar decisivamente das decisões tomadas relativamente à nossa região.

Desta forma eu quero cumprimentar Vossa Excelência e também testemunhar, nós que lá estivemos, o trabalho vigoroso do nosso Presidente, de todos os Deputados, de Vossa Excelência, do Deputado Zuk, do Deputado Toti Colaço que muito bem repre-

sentaram o Estado do Paraná. E também sem deixar de frisar aqui a galhardia, a fidelguia e o atendimento exemplar que tiveram os Deputados de Santa Catarina para com todos os Deputados de todo o Brasil que lá estiveram. De forma que nós temos que registrar o acolhimento que tivemos em Santa Catarina - do povo e dos Senhores Deputados.

Por isso meus parabéns pelo discurso que faz nesta tarde.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Nereu Moura e quero registrar que toda a Bancada do Paraná teve uma excelente participação, destacando-se especialmente, as posições tomadas pelo nosso Presidente. E repito, mais uma vez, foi o Paraná o Estado que levou - não apenas na teoria, mas, na prática, as propostas para alterações da revisão constitucional. E demonstramos em Florianópolis como se trabalha aqui no Paraná, como funciona a nossa Assembléia. No entanto, uma frustração me tomou conta lá em Florianópolis, quando o Presidente da Casa, o Deputado Ivã Rosellin, nos fazia o relato de que Santa Catarina já faz a interiorização através da sua Assembléia. Aí eu me lembrava que tem um Projeto, nesta Casa - de minha autoria, já há 2 anos propondo a descentralização da Assembléia, a interiorização da Assembléia, fazendo Sessões itinerantes nas microrregiões, possibilitando a todos nós, Parlamentares, conhecermos um pouco mais deste nosso Paraná. E dizia o Presidente da Assembléia de Santa Catarina de que essa medida tomada pela Assembléia possibilitava a vida de muitos prefeitos, tirava o constrangimento de muitos prefeitos que não são prefeitos ligados ao partido do Governo, que eles teriam essa grande chance de, nessa interiorização da Assembléia, serem ouvidos por todos os Deputados, pedindo seus pleitos e aí, evidentemente, toda uma Assembléia estaria cobrando do Governador do Estado.

Então esta frustração para mim porque há um Projeto de minha autoria já há 2 anos, nesta Casa. E outro fato importante - e deixar bem claro que na reunião da UPI não se falou na questão de salários dos parlamentares, não se discutiu a questão de salários dos Parlamentares, muito pelo contrário, se fez análise do comportamento lamentável de alguns Parlamentares, especialmente no Congresso Nacional. E de nossa autoria, desse Parlamentar, a solicitação de uma moção de repúdio àqueles Parlamentares que se envolveram nos últimos acontecimentos que denegriam a imagem política desse País. A Moção de repúdio foi aceita e a UPI vai fazer constar nos próximos dias, publicamente, essa moção de repúdio àqueles que, de repente, começaram

a comprar passe de Parlamentar e àqueles que acabaram se vendendo em troca de dólares. Nós pedimos essa moção de repúdio e a UPI aceitou, o Plenário aceitou, e a UPI vai torná-la pública nos próximos dias.

Então fica aqui os cumprimentos a esta Casa porque através do pensamento coletivo desta Assembléia, do pensamento coletivo de todos os Partidos foi possível elaborar uma pauta, uma agenda, pelo menos mínima, de assuntos importantes que discutimos por dois dias no Estado de Santa Catarina. E também, aqui, reforço o que disse o Deputado Nereu Moura, os nossos agradecimentos, pela acolhida extraordinária dos irmãos catarinenses e a confraternização que tivemos com os irmãos gaúchos, com os irmãos de Mato Grosso do Sul, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Amazonas, também, que lá compareceram nestas duas reuniões.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, o que nos leva a usar da palavra no dia de hoje, nesta Casa, é com referência a nossa cidade, um dos assuntos.

O Prefeito Paulo Cunha Nascimento convocou a sociedade de Ponta Grossa, todos os segmentos, e ali compareceu toda a sociedade ponta-grossense, nos clubes de serviço, na Associação Comercial Industrial, no CDL, enfim, em todos os segmentos que representam a família ponta-grossense. Também convidou os Deputados que tomam assento nesta Casa, o Deputado Plauto Miró Guimarães, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, e este que vos fala.

Lá testemunhamos aquilo que realmente é de interesse do Município que era a transferência por parte definitiva, por parte do Estado do Paraná, de Vila Velha à administração pública do nosso município. Estivemos ausentes por dias na companhia dos ilustres Deputados que o nobre Deputado Algaci Túlio relatou, no vizinho Estado de Santa Catarina onde, além de tudo aquilo que o Algaci disse, nós nos somamos, também, para alertar os companheiros e irmãos catarinenses de que poderia retornar aquela dissolução, aquele movimento separatista do Paraná e de Santa Catarina, atribuído esse movimento a não sei a que interesse e a desejo de alguém que realmente quer enfraquecer o Paraná e nosso vizinho Estado.

Mas nessa ausência fomos tomados de surpresa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por uma notícia inserida no Estado do Paraná, mais precisamente no dia 02

deste mês em curso, aonde na página três ali situa-se um comentário sobre o Parque Estadual de Vila Velha. Diz aquela matéria de que realmente o Parque está abandonado, que necessita de reparos, e que tem à sua frente, atualmente, um Governo feito pelo então Governador Álvaro Dias, passando o Município de Ponta Grossa aquela administração. Mas o que nos chocou, Senhores Deputados, é que embaixo da matéria está a palavra que nós não concordamos e que de maneira e forma alguma nós iremos continuar nesse movimento de entregar o Parque Estadual de Vila Velha em definitivo ao Município de Ponta Grossa porque ali no contexto da matéria está contido, nas suas últimas linhas, que um grande "chuncho", um "lobby" a ser caracterizado pela Prefeitura de Ponta Grossa com a transferência e um grupo poderoso haverá de tomar conta daquilo que é dos paranaenses, dos ponta-grossenses e do Brasil todo e do mundo todo: a dádiva da natureza que é Vila Velha.

Enquanto o Prefeito de Ponta Grossa não tomar uma posição oficial e jurídica para responsabilizar-se por aquela matéria que é, realmente, do interesse do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Deputado Zuk, eu gostaria de ter o seu apoio para a interrupção dessa sua elocução e introduzir o General de Divisão Leni de Almeida Escalante que vem a esta Casa para despedir-se dos Deputados aqui presentes.

(É interrompida a Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está reaberta a presente Sessão.

A palavra está com o Deputado Luiz Carlos Zuk que possui mais dois minutos no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente e Senhores Deputados, dizíamos nós que aquela matéria inserida no Estado do Paraná trazia a preocupação a esse Deputado e, acredito, aos demais Deputados que representam a região dos Campos Gerais, mais especificamente a região de Ponta Grossa.

Nós não podemos acreditar, de forma alguma, Senhores Deputados, que a classe política clara e natural que possui os seus defeitos, tem os seus vícios e, realmente, no seu seio se assentam, infelizmente para nós, gente que não deveria, nela está contextualizada, mas nós verificamos pela nota é que aqueles que usam o poder político no caso dos quatro Deputados desta Casa para fazer com que o Governo do Paraná transfira ao Município de Ponta Grossa, e aí sim apareçam aqueles que estão enterrando esta Nação ao nível de mu-

nicipio, ao nível de Estado e ao nível de Brasil que são os corruptos desta Nação, que são os maus empresários, aqueles que usam da classe política para alcançarem os seus objetivos.

É isto, Senhor Presidente, que nós nesse instante, apesar de com tristeza no coração, retiramos nosso apoio dado ao prefeito de Ponta Grossa enquanto não for devidamente esclarecido a nós Deputados desta Casa a verdade sobre o Parque Estadual de Vila Velha. Tem aquele prefeito a responsabilidade de, realmente, identificar aquele prestigioso jornal...

(É cortado o som).

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Vossa Excelência está usando o Horário do PFL, cedido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu agradeço o ilustre Plauto Miró Guimarães.

Eu tenho a certeza, Senhor Presidente, de que o ilustre Prefeito de Ponta Grossa haverá de ir a fundo verificar se realmente nós estamos usados. Eu tenho certeza, pelo conhecimento que tenho na pessoa do prefeito, de que não deverá ele, de forma alguma, ser a triangular desta matéria ou desse propósito de entregar Vila Velha a um grupo realmente de interesse, pelo qual não é um interesse dos ponta-grossenses.

Concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Eu agradeço e respeitando como representante de Ponta Grossa nesta Casa, eu não li esta matéria que foi publicada no jornal "O Estado do Paraná", mas pelo que o nobre Deputado conta, pelo que leu neste jornal, eu só tenho a lhe dizer uma coisa, nós temos que levar, e eu pessoalmente vou fazer isto, a preocupação ao Prefeito de Ponta Grossa, que o conhecendo como eu o conheço, sendo um filho da nossa terra, uma pessoa que participou como Secretário de Finanças, como vice-prefeito de outra administração, eu tenho certeza que ele não está sabendo tudo isso que esse jornal publicou.

Eu acho que, em primeira parte, devemos levar a ele essa preocupação, essa denúncia que foi feita, para vermos o que realmente está acontecendo e se é verdade, porque nós não podemos ficar meramente naquilo que a imprensa publica, porque tem muita coisa que muitas vezes passa batido e que não é verdade.

Vamos averiguar, vamos investigar, vamos ajudar a nossa cidade de Ponta Grossa, porque este Parque de Vila Velha, a partir da hora que retornar ao município vai ge-

rar riqueza para o nosso município, nobre Deputado Zuk e tenho certeza de que com a nossa ajuda, se caso for verdade essa denúncia que o nobre Deputado está fazendo aqui, daonde leu no jornal "O Estado do Paraná", nós temos é que ajudar ao nosso município, levar a nossa preocupação e ajudar investigar e punir aqueles que estão armando, aqueles que estão querendo fazer esse "lobby" em cima desse parque.

Mas eu peço aqui, vamos em conjunto observar, analisar junto com o Prefeito de Ponta Grossa para ver se realmente existe, para daí sim nós sairmos atirando e criticando se realmente for verdade.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães, mas queria dizer de que nós que somos meramente o intermediário entre o governo do Estado e o município. Cabe ao prefeito, através de uma correspondência que lhe estamos enviando, para que ele publicamente e juridicamente se for necessário, o caminho que lhe convier ele trazer a nós Deputados aquilo que realmente nós necessitamos, que é a nossa posição inicial.

Nós fomos chamados com o Deputado Plauto, com o Machuca, com o Djalma para levar o benefício a Ponta Grossa e estamos sempre assim fazendo, mas alertados pelo "O Estado do Paraná" que é um jornal sério, que suas matérias realmente demonstram um fundo de verdade, nós queremos que essa verdade, que é de responsabilidade do prefeito e da sua equipe, traga a nós, para que nós continuemos nesse assunto, que é o Parque Estadual de Vila Velha, a somar com ele, para que realmente, tenha esse benefício alcançado, com as riquezas a serem geridas, com empregos a serem oferecidos, mas não a lobby e a maus empresários como está transcrito no jornal.

Aí a nossa posição contrária e acreditado, tenho a certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que será posição do Machuca, do Djalma e do próprio Plauto, porque o interesse de Ponta Grossa e nosso, o interesse do Paraná é nosso, mas o interesse de maus negócios e lobby não é conosco, porque conheço o Plauto, conheço o Djalma e conheço o Machuca, não servirão de escada para propósito outro que não seja o interesse do povo.

Passando ao segundo assunto, aonde realmente é de interesse de todos nós.

Assistimos aqui na reunião em Florianópolis, aonde realmente a classe política brasileira está desmoralizada, mas por causa de alguns poucos que dentro desta classe ocupam mandatos. Lá em Brasília, vocês sabem, todo o Paraná é testemunha, o Brasil conhece os fatos que estão acontecendo. Aqui neste Paraná, nós vemos um De-

putado desta Casa, mais precisamente o Deputado Florisvaldo Fier, Doutor Rosinha, quando ele através de uma rede estadual diz ao Paraná, a nós Deputados que devemos devolver aquela convocação extraordinária, na sua avaliação, aquilo que nós recebemos quando fomos convocados no período extraordinário desta Casa.

Essa é a sua avaliação, nós até respeitamos, mas não merece este parlamento ser julgado por uma pessoa, a opinião sua não vale para nós, a opinião do Rosinha, tem o exemplo digno do Plauto, esteve o Plauto viajando em lua de mel e retornando a esta Casa teve a hombridade, a decência e a compostura daquele recebimento que ele teve na ausência dos dias que aqui ele não compareceu pegar aquela verba e levar às instituições de caridade na cidade, à Santa Casa, ao Asilo São Vicente de Paulo e a outros, dando uma amostra que quando o Deputado é sério e não quer estardalhaço em jornal, ele não faz patifaria contra os colegas.

Não é porque o PT não recebe convocação e desconvocação, não tenho nada contra o PT, não tenho nada se o seu Partido briga, quando é eleito dá 30% do salário, não sou contra, é problema deles. Não vou falar nesta tribuna se o PT usa os seus representantes com discursos, que as vezes o seu representante não quer falar mas tem que falar. Não vou criticar postura nenhuma, mas não aceito Senhor Presidente e Senhores Deputados que um Deputado do PT venha dizer nesta Casa o que é certo e o que é errado, é mesma coisa que cada dia da nossa vida nós chegarmos a Deus e levar a ele realmente a avaliação dos atos que nós praticamos.

Se nesta Casa todo mundo tem uma aparência digna, se todo mundo aqui, como aquela criança que veio me perguntar se aquele rapaz sentado ali era da Arca de Noé ou era Papai Noel, eu disse: "Ele usa barba porque é do gosto dele". Eu quero dizer que não tenho nada contra Deputado nenhum, nem na sua aparência e nem no seu pensamento, mas não admito de forma alguma que todo um Parlamento seja atingido.

Isso lá em Santa Catarina Senhor Presidente e Senhores Deputados, é porque esses pequenos motivos, quando alguém não tem assunto, quando alguém realmente não tem trabalho, quando alguém realmente quer denegrir a imagem de um Parlamento faz dele o julgamento de todos.

Não seremos nós, que pensamos exatamente o contrário, que recebemos um salário porque trabalhamos e aqui estamos representando o povo do Paraná, não poderíamos de forma alguma ficar alheios Senhores Deputados a um pronunciamento aonde envolve a toda esta Casa, a toda a representação. Chega de demagogia, vamos realmente

mostrar os erros que nós possuímos, os defeitos que nós não escondemos; mas vamos ter a cara e a decência Senhor Presidente de realmente não falar por todos e não pôr o pensamento como se fosse o professor de Deus.

Aqui nesta Casa tem que ter o respeito a todos indistintamente, se ele quiser posicionar-se venha nesta tribuna, fale como eu estou falando, não vá lá na imprensa dizer do seu pensamento; tenha hombridade, venha aqui e fale aqui, não precisa usar de subterfúgios, esta tribuna é livre, o espaço aqui é democrático, cada um fala o que pensa e principalmente o que defende. Eu defendo o Parlamento, defendo o PT, defendo todos os partidos mesmo não sendo o meu partido, porque acredito que nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que o horário de Vossa Excelência está terminado. Conceda-lhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu agradeço o tempo do PSDB cedido pelo ilustre Deputado Alceu Swarowski.

Senhor Presidente, lá em Santa Catarina nós testemunhamos que é realmente dentro do Parlamento que estão as ervas daninhas. Seja o que for, é dentro do Parlamento é igual a um saco de laranja. Realmente o povo haverá de mostrar que aquilo que não serve não volta! Aquele que não trabalha, não volta! Aquele que quer ser um espelho, às vezes não reflete uma boa imagem.

Por isto, aprendemos. Foi o Presidente da UPI que nos disse que o Parlamento precisa divulgar os trabalhos que realiza. Ninguém fala das centenas e centenas de cadeiras de rodas que infelizmente os Deputados têm que fazer a parte do Governo, que seria sua responsabilidade.

Outro dia alguém falou das receitas de óculos. Dão as receitas e são os Deputados que pagam. Ninguém divulgou até agora que todos nós juntos, acredito e tenho certeza, fazemos muito mais do que as Secretarias que deveriam fazer o trabalho que realizamos!

Sou testemunha, quando um colega nosso, chamado Djalma de Almeida César, lá se encontrava na Secretaria de Trabalho e Ação Social, não tinha reclamação nenhuma. Hoje vemos não só o João Preis, mas toda esta Casa, assinando para que o Secretário seja responsabilizado por aquilo que pratica.

Precisamos dar a esta Casa a roupagem que merece.

Lá em Santa Catarina vimos, na imprensa nacional que lá estava, onde no Amazonas o Presidente da Assembléia daquele Es-

tado, representantes do Espírito Santo, representantes da Bahia, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso do Sul, do Paraná do Pessuti, e de todos os outros Deputados interessados no assunto, verificamos uma coisa, é dentro do Parlamento que precisamos demonstrar aquilo que fazemos. A divulgação é fundamental. Cada um de nós, se divulgássemos aquilo que realmente fazemos, em raras oportunidades, teríamos uma imagem nova do Parlamento. Ninguém esconde nada aqui dentro, a não ser aquilo que realizamos. Seria um dos mais categorizados Deputados desta Casa, que é o nobre Deputado Erondy Silvério, quando esta Casa foi ultrajada, votamos contra, mas alguns dos Senhores Deputados votaram a favor da extinção do Fundão.

O povo do Paraná tem que ter o respeito ao Parlamentar, a sua livre escolha. E foi o ilustre Deputado que levantou e disse ao Presidente: "precisamos de segurança e educação deste povo. Na força, na mentira, na demagogia, já passou o tempo!"

O Sr. Geraldo Cartário - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Zuk, suas palavras colocadas nesta tarde serão históricas. Os Anais desta Casa irão demonstrar durante muitos anos uma atuação de um Deputado independente, corajoso e, principalmente voltado para buscar soluções para atender, como Vossa Excelência vem atendendo o seu povo que acreditou em Vossa Excelência.

O Dr. Rosinha é um caso totalmente diferenciado do nosso. Aprendi a fazer política já na Cidade de Maringá, onde buscávamos trabalhar politicamente como cabo eleitoral. Naquele tempo, a situação do Brasil era bem melhor, mas já naquele tempo precisávamos atender a população mais pobre. O Dr. Rosinha foi eleito de uma forma totalmente diferente da maioria dos Deputados que aqui estão, no caso a minha. Tenho trabalhado e estou lutando para conseguir de novo a reeleição. Para isto, compro aparelho auditivo, tenho a nota no meu gabinete, posso mostrar no dia de hoje, que me custou 90 mil cruzeiros. Não foi a Assembléia que pagou não. Porque as despesas que nós recebemos de ressarcimento para, eu que atendo a periferia de Curitiba e que sei que para voltar a ser Deputado, eu não volto para cá com cinco mil votos, como é o caso do Dr. Rosinha, que se elegeu em cima de uma filosofia partidária. Eu sei que nós, a maioria aqui no Parlamento, têm que trabalhar a maior parte, quase que a totalidade dos Deputados, na assistência social. Eu recebo aqui no meu gabinete e convido o Dr. Rosinha, com todo o respeito e não quero ofendê-lo pessoalmente em hipótese alguma, mas o convi-

do para ficar o dia de amanhã, no meu gabinete, para ele sentir quantas pessoas ali vão buscar remédio, consulta, buscar passagem de ônibus, pedir cadeira de rodas. Eu sei que inclusive a Assembléia está preocupada com cadeiras de rodas, mas eu já comprei e tenho lá no meu gabinete, hoje, dez cadeiras de rodas. Não é nada perto do que o Alborghetti dá, perto do que os radialistas, Luiz Carlos Martins e tantos outros, mas eu também faço uma política que, sinceramente...

Fiz há poucos dias atrás, um financiamento no Banco Bamerindus e quiseram que a Assembléia me desse o comprovante do meu rendimento e em todos eles, no setor financeiro, acharam que a Assembléia está mentindo, forjando documentos. Eles não acreditam que um Deputado pode receber duzentos e vinte mil cruzeiros por mês, que é hoje o que a Assembléia está pagando para nós. Duzentos e trinta e oito mil cruzeiros.

Eu tenho a certeza, Dr. Rosinha, que nenhum Deputado aqui, gasta em benefício próprio um centavo sequer de assistência ou de ressarcimento de despesa. Tem Deputado aqui que está pagando para ser Deputado. Os Deputados de Umuarama, de Toledo, de Marechal Cândido Rondon, das regiões mais afastadas aqui da Assembléia, estão pagando para ser Deputado. Eu quero lhe dizer, Deputado Doutor Rosinha e aos Deputados que aqui estão. A cada dia que passa, mais me orgulho de ser político. Tenho a honra e não tenho vergonha de dizer em lugar nenhum desse País, nem em Mandirituba e em nenhum lugar e nem na Fazenda Rio Grande, que eu sou político. Em qualquer situação, se tiver um acidente, se tiver uma desordem na rua, eu sempre falo: sou político. Tenho orgulho de ser político. Tenho 20 anos de mandato e cada dia que passa, sinto que preciso mais trabalhar pelo povo que acredita em mim.

Por isso, Deputado Zuk, sinceramente, eu acho vergonhoso que algum Deputado, seja o Doutor Rosinha ou qualquer outro, que levante uma questão contra político. Será que ele não está acompanhando o exemplo da União Soviética, será que não acompanha o exemplo dos Países que tentaram enganar o povo em cima do comunismo, da ditadura, da mentira. Aqui no Brasil hoje, se os políticos são taxados e são pressionados, é porque hoje a imprensa tem liberdade, graças a Deus. Eu, quando vejo a imprensa criticar Deputado, eu não fico ofendido, porque a imprensa tem o seu papel, mas a imprensa tem que mostrar a verdade e dizer ao Paraná que o Deputado do Estado hoje, ganha menos que um Vereador.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O

tempo de Vossa Excelência está terminado e lhe concedo um minuto para concluir.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Só para terminar o que o ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães nos solicitava, a nota diz o seguinte:

"O Parque Estadual de Vila Velha está abandonado, destruído, com marcas chocantes de agressão humana. A piscina e a cachoeira estão destruídas, com construções, banheiros feitos em lugares impróprios. Trata-se de uma atração turística muito mal divulgada, com poucos visitantes, levando-se em consideração que fica há menos de uma hora de Curitiba. O parque está sob a responsabilidade de Ponta Grossa. Houve um convênio firmado durante o Governo Alvaro Dias, transferindo o Parque da Paranatur para a Prefeitura. Com isso, a Polícia Florestal foi retirada do local, deixando ao sabor e à ação dos predadores. Agora parece que está em curso um baita chuncho. A Prefeitura está fazendo lobby com o parque. Há um grupo interessado nisso. Gente grande na parada. Com a palavra, o Prefeito de Ponta Grossa".

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Doutor Rosinha, do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, o Deputado Zuk que me antecedeu, diz que ele defende o Parlamento e a existência de Partidos. Todo e qualquer cidadão que defende a democracia, todo e qualquer Partido que se opõe ao autoritarismo, defende o Parlamento e defende a existência legal dos Partidos, e a vida desses Partidos. Mas ao defender o Parlamento, os Partidos e a população, deve, também, definir para que serve um Parlamento e qual é o papel de um parlamentar. Ao longo da história brasileira o Parlamento tem distorcido as suas funções, seja no exercício do fisicologismo, do clientelismo e de servir-se a vontade dos poderes, Executivo principalmente. Esse não é o papel do Poder Legislativo. O papel do Poder Legislativo, como o próprio nome diz, é legislar, é fiscalizar os demais poderes, é exercer esses poderes, dentro da legalidade e dentro da moralidade. Quando nós do Partido dos Trabalhadores defendemos esse tipo de Parlamento, defendemos que cabe a nós Parlamentares essa função, a função fundamental de exercer o seu mandato para que se faça um controle do sistema democrático e a existência dele, que faça a fiscalização do Poder Executivo e todos os desvios que ele venha cometer, e que faça representar dentro do Parlamento os anseios da sociedade.

Nós Parlamentares do PT defendemos que Parlamentar não é eleito para fazer assistência social, temos direitos a salário e a condições de trabalho. Direitos a salário e condições de trabalho, como cotas por telefone, cotas para correio, etc. As demais verbas não devem existir, nós devemos jogar claro e corretamente com a sociedade, se o Parlamento hoje não goza de crédito é justamente pela crítica que fiz no jornal que sai hoje, quando fomos convocados no mês de julho, e sequer havia necessidade de votar qualquer questão urgente. A convocação se deve a um fato político do Governo do Estado ter sido cassado, e nós Parlamentares tínhamos o nosso salário como temos, e também foi mantido a assistência social e o ressarcimento de despesas. A convocação e desconvocação eu entendo e defendo como ter sido desnecessária uma vez que a nossa renda já estava garantida e o nosso salário já tinha garantia. Isso é que faz com o Parlamento, no entender meu e dos companheiros da Bancada do PT, isso é que faz com que a população passe a não acreditar no Parlamento, passe a entender como um Poder desmoralizado, um Poder que hoje quando se coloca em muitos setores não é respeitado, e quando nós somos identificados como Deputados na rua, muitas vezes a gente passa até vergonha pela gozação e pela ironia que é feita, porque dizem, aí está mais um se acobertando pelo poder e apaniguado a ele visando lucros pessoais. A gente cansa de ouvir isso, e nós criticamos, nós do PT não recebemos essa verba de convocação e desconvocação, porque entendemos que já temos a nossa remuneração nesse período contemplada. Recebemos a verba quando entendemos legal, que no início do ano ou no final do ano, mas quando convocado em Sessão extraordinária jamais recebemos, porque já está contemplado no salário. E isso é que faz com que se tenha desvio do Parlamento levando-o junto à população a ser desmoralizado. Quando a gente diz, nós do PT não fazemos assistência social, só que a assistência social que é feita também não é com nossa verba, é com verba do tesouro do Estado, é com verba da população que paga impostos. É esse povo que está retribuindo a si mesmo, fazendo através do Deputado um intermediário, a menos que o Deputado faça assistência social com as verbas do salário dele ou, se ele é empresário, com as verbas da empresa dele, senão está fazendo assistência social com dinheiro da própria população.

O Sr. Luiz Carlos Martins - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Rosinha, eu acho que o mais importante do que essa discussão é aquilo

que se produz. Quando nós fazemos esta assistência doando cadeira de rodas, óculos, colchão d'água nós temos consciência de que nós estamos fazendo com dinheiro do povo. O Deputado Alborghetti, Manfrinato, Cartário, Swarowski, Severino, Deputado Algaci, enfim, todos os Deputados sabem que é com a verba do povo, é com o dinheiro do povo.

Agora, nós sabemos que os Deputados do PT, esse filme nós já conhecemos, Vossa Excelência já sabe disso porque já discutimos lá na Câmara de Vereadores, cada um tem que contribuir com o Partido com 30% do seu subsídio, porque Deputado não tem salário, Deputado tem subsídio; cada Vereador do PT tem que contribuir com 30% do seu subsídio para com o Partido.

Eu pergunto: esse dinheiro, esse 30% de quem é? É do povo, não é do povo? Os Deputados e Vereadores do PT recebem de quem? De onde vem o dinheiro dos nossos subsídios? Vem através do Executivo, da Secretaria da Fazenda. Então, se o Deputado do PT repassa 30% do seu subsídio para o seu Partido, ele está repassando sem perguntar ao povo se ele aceita ou não. O povo não foi consultado. Eu, inclusive, colaboro com o PT, o Deputado Colombino colabora com o PT, todos os que estão aqui colaboram com o PT indiretamente.

Apenas esta observação que nós temos que fazer.

Eu agradeço o aparte.

O SR. DR. ROSINHA - Eu agradeço a intervenção de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Horário do PT está terminado. Eu lhe concedo um minuto para concluir.

O SR. DR. ROSINHA - Eu agradeço.

Nós do Partido dos Trabalhadores, seja no exercício de mandato Parlamentar ou não, nós contribuimos de acordo com o Regimento Interno do Partido. O Regimento Interno não fixa que os Parlamentares devem contribuir com 30%, sim, contribui com 30% quem tem uma remuneração superior a vinte e cinco salários mínimos. Todos nós temos essa ciência. Quando eu funcionário da Prefeitura, remunerado também pelo dinheiro do povo, porque eu sou funcionário, no momento em que eu recebo aquele salário ele é meu. E esse trabalho prestado eu faço do dinheiro o que eu quero e, aí, eu contribuiria também como sempre contribui com o PT.

Aqui, o que é chamado de subsídio, é como se fosse um salário porque eu estou de licença dos meus vencimentos. Eu não tenho outra remuneração, eu vivo desse. E no momento em que eu recebo esse dinheiro ele é meu salário e eu não estou colocando

como a verba de assistência social, onde eu sou usado pelo clientelismo para obter votos e ter os meus futuros eleitores no cabresto para as próximas eleições.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu não posso ficar calado no encerramento do pronunciamento do Deputado Rosinha, quando ele fala em voto de cabresto. Na verdade nós atendemos a população mais pobre deste Paraná que é exatamente a população que o PT trabalha em cima, que o PT mobiliza e nós atendemos esta gente sem pensar em quem esta gente vai votar. E nós sabemos que aqueles que vêm aos gabinetes dos Deputados, geralmente não são nossos eleitores. Mas nós temos um coração e nós temos uma veia por onde passa o sangue de gente que tem sensibilidade, que não permite ver uma pessoa aleijada, uma pessoa que necessita de uma prótese voltar para casa sem atendimento.

Esta é a maneira que nós atendemos. Se o PT não pensa dessa maneira, se o PT não tem essa sensibilidade, nós pelo menos, temos. E eu que faço esse trabalho não poderia ficar calado diante de uma manifestação do Deputado Rosinha.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Presidente, não é momento da discussão mas nós sabemos e temos diversas razões para termos os princípios e defendermos a nossa postura e os nossos princípios políticos. E eu poderia dizer ao Deputado Algaci Túlio, ao Deputado Cartário, ao Deputado Zuk que nós poderíamos jogar a culpa de todos os problemas dos famintos, dos miseráveis, da miséria deste País no conjunto do Poder dos Estados, dos Municípios e da Nação que há 500 anos dominam esse povo miserável, criam essa massa de miséria para fazer o povo de manobra.

Nós queremos a solução sim, de todos esses problemas. Que não houvesse nenhum miserável, nenhum precisando pedir esmola em gabinete de Deputado nenhum e que o Poder Público cumprisse com as suas funções. Aí não teria nenhuma discussão desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do P.P., constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para compor a Comissão de Fiscalização. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, informando sua filiação ao Partido Democrático Trabalhista - PDT, ocorrido em 29 de julho do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, solicitando seja abonada sua falta na Sessão Plenária do dia 07 de outubro do corrente ano, em função de viagem ao Município de Rolândia, para tratar de assuntos da obra do Contorno Sul naquele município. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, solicitando sejam abonadas suas faltas nas Sessões Plenárias dos dias 11, 13 e 14 do corrente mês, em virtude de convites para solenidades em vários municípios de sua região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 582/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 037/93 e 296/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. Aprovados.

A Mesa registra com satisfação, a pedido do Deputado Élio Rusch, a presença do Prefeito de Quatro Pontes, Região Oeste do Paraná, Sr. Rudi Leobeth.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/93, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ativos e inativos do

Poder Judiciário. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em votação.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse Projeto que vem assinado pelo Tribunal de Justiça, nós sabemos que teve sua origem dentro do Poder Executivo, mais precisamente na Casa Civil. Esse Projeto não repõe as perdas salariais dos servidores, hoje, em 127%.

Desde que Requião assumiu, essa é a perda salarial dos servidores do Tribunal de Justiça, 217%.

Ao analisar o projeto, notamos que a tabela tem 12 níveis. Do nível 8 para baixo o reajuste é somente de 20% e concede em cima desse reajuste um abono de 6 mil cruzeiros reais. Do nível 1 até o nível 7, a média de reajuste, aí sim que é de 40%, mas diante da perda que nós já dissemos que é de 217%, pouco muda a situação daqueles servidores, ou seja, continuam com seus salários achatados.

Esses servidores do Tribunal de Justiça tiveram o último reajuste no mês de julho. Agosto e setembro não tiveram reajustes. Lembramos aos Senhores Deputados que tramitou projeto nesta Casa que foi derrotado pela bancada governista, portanto aqueles servidores não tiveram reajuste nos meses de agosto e setembro.

Enquanto o servidor comum não teve reajuste, os cargos em comissão tiveram no mês de agosto 50% sem ser aprovado aqui na Assembleia Legislativa e em setembro mais 40%, o que perfaz um total de 113%.

Nós do PT, votaremos favorável ao projeto, mas entendemos que ele não chega nem ser analgésico para essa dor, essa dor que é a perda salarial de 217%.

Os servidores continuam em greve e provavelmente continuarão após votar esse projeto, uma vez que não atinge as expectativas e as reivindicações dos mesmos.

Eu pergunto, por que os cargos em comissão, sem estar aprovado nesta Casa tiveram reajustes de 50 e 40% e por que que a bancada governista se retirou na hora de votar o reajuste desses servidores anteriormente, fazendo com que nos meses de agosto e setembro não tivessem reajuste e quando votou o reajuste do Servidor Público do Poder Executivo, a bancada governista derrotou esse projeto ajudando o governo do Estado a impor este achatamento salarial.

É essa a posição do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto 582/93. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 037/93, de autoria do Deputado

Curitiba, quarta, em 06.10.93

Mário Bezerra, que fica criada a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes Municípios: Jussara, Cianorte, São Tomé, Terra Boa, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporé, Cidade Gaúcha, Tapira, Tuneiras do Oeste e Tapejara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 08 de 02.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 037/93

P A R E C E R :

De autoria do nobre Deputado Mário Bezerra, visa o projeto de lei complementar ora em questão, a criação da Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Cianorte.

A Lei nº 8485 de 08 de junho de 1987, traz, como prerrogativa do Chefe do Poder Executivo, a possibilidade de criar as "Regiões Administrativas", por meio de decretos, como se extrai de seu artigo, 81, que diz: "O Poder Executivo poderá fixar, por meio de decretos, regiões facilitadoras do processo de descentralização e interiorização da ação administrativa das Secretarias de Estado".

Acontece porém, que com a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 05 de outubro de 1989, a prerrogativa de iniciativa da criação destas "Regiões Administrativas", passou à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, como se extrai de seus artigos 53 e 65, que estabelecem: Art. 53 - "Cabe à Assembleia Legislativa, com a Sanção do Governador do Estado, ... dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: V - Planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento. Art. 65 - "A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ... na forma e nos casos previstos nesta Constituição".

De acordo com a hierarquia das leis, a Constituição prevalece sobre as demais leis, revogando, desta forma, automaticamente, a Lei nº 8485 de 08 de junho do ano de 1987.

Sendo assim, não havendo nenhum óbice de caráter legal, constitucional bem como regimental, opinamos favoravelmente ao trâmite desta proposição nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

Aprovado.

O SR. NEREU MOURA - Requeiro Verificação de Votação.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Requeiro Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vai-se proceder a Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede a Chamada Nominal).

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Dispensso a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Projeto de Lei Complementar: são necessários 28 votos para a sua aprovação. Vamos proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o projeto de lei, queiram levantar-se.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Gostaria de registrar nos Anais da Casa, meu voto favorável ao projeto do Deputado Mário Bezerra.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quando o nobre Deputado Mário Bezerra entrou com o projeto na Casa, na C.C.J., nós já conversávamos com o Deputado autor do projeto e dizíamos da nossa posição. Fazemos parte dessa região, ao lado do companheiro Mário Bezerra, ao lado do companheiro Nelson Garcia, do ilustre companheiro Deputado Dirceu Manfrinato, e a tentativa da divisão da nossa microrregião já feita em outra oportunidade. E hoje já existe, Senhor Presidente, na própria microrregião, algumas divisões de núcleos e que já estão retornando a origem.

O caso recente da Secretaria do Trabalho e Ação Social, que além do seu núcleo em Umuarama, sede da microrregião, contava também com escritório na cidade vizinha de Cianorte, fechado recentemente, pertence hoje a Umuarama.

Tínhamos o Município de Tapira, de Guaporema e Rondon pertencendo já aos escritórios regionais da cidade de Cianorte, e que a pedido dos ex-Prefeitos voltaram a pertencer ao núcleo de Umuarama.

Ainda recentemente os novos Prefeitos já mostravam o desejo de voltar a pertencer a Umuarama...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência solicita que Vossa Excelência conclua a questão de ordem, dado que já encerramos o encaminhamento de votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Antes de Vossa Excelência colocar em votação, pedi para encaminhar, Senhor Presidente.

Mas eu vou atender Vossa Excelência e

vou ser breve.

Só queria dizer que na atual conjuntura, onde o Governo Federal, Estadual e Municipal estão administrando de forma a conter despesas, eu acho desnecessário, conhecedor profundo que sou da região, a criação de uma nova microrregião, porque nós sabemos que com a criação da nova microrregião, novos órgãos terão que ser abertos na nossa querida Cidade de Cianorte.

Por isso, a minha justificativa, Senhor Presidente, dizendo que vou votar contrário porque sou coerente e consciente de que a maioria dos Prefeitos que integrariam esta nova microrregião não querem de fato pertencer.

Justifico que vou votar contrário e gostaria que esta Casa analisasse antes de votar, porque se nós estamos pedindo contenção de despesas, porque sabemos o momento de crise, não podemos criar despesas para o Governo do Estado.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu não poderia deixar passar em brancas nuvens uma contestação ao nobre Parlamentar Nilton Barbosa.

Sei muito bem, e o Deputado Dirceu Manfrinato sabe da necessidade da nossa cidade sediar a microrregião. Existem municípios da minha região que estão a mais de 100 quilômetros de Umuarama; e a microrregião de Umuarama é composta por quase três dezenas de municípios, nós estamos tirando 11 municípios de Umuarama, que vai ficar com 17, ou 18 municípios na sua área de atuação, e um município na região da área da CONCAN, que é Terra Boa.

Já passou da hora de Cianorte, considerada a "Capital do Vestuário", não do Paraná, do Brasil, devido às suas potencialidades, do arrojo de seus empresários, da força do seu povo sediar a microrregião, como o nobre Presidente fez há três, ou quatro anos atrás, fazendo com que Ivaiporã fosse sede da microrregião.

É um dever da Assembléia fazer Cianorte sede de uma microrregião. Uma região forte, caracterizada por uma industrialização pujante. Seria justo a Assembléia aprovar um projeto de lei deste naipe, e o Governo sancionar a lei. Seria um reconhecimento a tudo que minha região já fez pelo Paraná, a nível de impostos, de trabalho, de voto porque o Governo do Paraná também foi eleito pelos votos de minha Região.

É uma necessidade. Quero apelar ao espírito municipalista de todo o Parlamentar desta Casa. Esqueçamos as rivalidades. Tudo que vem de encontro aos municípios do Paraná, para melhorar a respectiva Região, estou de acordo.

Todos os Deputados sabem da necessida-

de da criação da microrregião de Cianorte; porque Umuarama agrega quase 30 municípios. Cianorte ficará com 13 municípios. E ali queremos, se os Deputados assim o quiserem, instalar a sede da microrregião, para que os benefícios nas áreas de Secretaria de Estado, nas áreas do Governo Federal, ali se instalem para melhorar ainda mais a condição de vida dos trabalhadores e empresários.

A Assembléia, aprovando este projeto de lei complementar, estará dando a Cianorte aquilo que há muitos anos espera. Quero agradecer inclusive o apoio dado pelos Deputados Dirceu Manfrinato. É autoria minha, mas sei que Vossa Excelência está comigo.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Se-rei breve.

Quero apenas contestar uma colocação do Deputado Nilton Barbosa, com relação a alguns órgãos que fecharam em Cianorte.

Deputado Nilton, as razões de Cianorte ter tido tropeço administrativo é em razão do ex-Prefeito, Edno Guimarães, que se tivéssemos hoje a possibilidade de dar um atestado de incompetência administrativa no Paraná, daríamos ao ex-Prefeito de Cianorte, que prejudicou o desenvolvimento daquela cidade. Mas, felizmente, pela consciência do eleitorado de Cianorte, ganhemos as eleições e vamos retomar o crescimento e por isto seu projeto é justo e Cianorte merece realmente. Vamos votar no seu projeto e ao seu lado.

Aproveito para registrar a presença do nosso companheiro vice-Prefeito de Paisandu, Dr. Jonas de Lima; do ex-Prefeito Haroldo Francis; acompanhado também do assessor do Setor de Engenharia, Dr. Jonas Pelissari.

Obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Em momento algum fui contra as conquistas do município de Cianorte. Sei que Cianorte conquistou, levou para lá escritórios regionais, mesmo sem ser sede de microrregião, graças ao trabalho do brilhante companheiro Deputado Dirceu Manfrinato, pela sua amizade com o ex-Governador Álvaro Dias, pela seu trabalho em defesa de Cianorte e Região. Diversos escritórios, na área de educação, Secretaria de Trabalho, na área de saúde, todos foram para lá. E gostaria que assim fossem outros escritórios.

O que queremos trazer a esta Casa é que há dias atrás o Deputado Nereu entrou com um projeto para que se criasse uma nova microrregião. A Associação do Oeste do Paraná agrega mais de 40 municípios, que começam em Assis Chateaubriand e vão até

Foz do Iguaçu. 49 municípios fazem parte da AMOP.

A nossa questão, é em saber que o momento não é para criar despesa para o Governo. De nada adianta querermos levar um presente a Cianorte, uma cidade que realmente merece os reclamos dos Deputados Mário Bezerra, Dirceu Manfrinato, e por que não de nós também, que conhecemos a região? Não queremos é levar a expectativa falsa de que o Governo não tem condições hoje de se criar novos núcleos. Por isto, nada contra Cianorte Pelo contrário. Sim, a favor de Cianorte, dos municípios que fariam parte desta microrregião. Mas, por questão de coerência, meu voto é contrário. E gostaria que fosse rejeitado para que não abrissemos precedentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Não quero abusar do espírito democrático de Vossa Excelência, mas...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não se trata de espírito democrático, Deputado. O Regimento nos esclarece - e é do conhecimento de Vossa Excelência - que encaminhamento de votação é uma coisa, questão de ordem é outra coisa. Estamos em processo de verificação de votação e até agora, nenhum dos que pediram pela ordem, o fizeram de acordo com o que diz o Regimento.

Solicito a Vossa Excelência que coloque, de acordo com o Regimento, a sua questão de ordem.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Vossa Excelência concedeu um contra-apar-te ao Deputado Nilton Barbosa. Só queria esclarecer com poucas palavras, que o Governo gasta tanto com propaganda, vinte milhões de dólares com...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos)

Esta Presidência solicita aos Senhores Deputados que se coloquem em seus lugares para procedermos à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao Projeto nº 037/93, queiram levantar-se.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

O Projeto está rejeitado por não ter atingido os 28 votos necessários para a sua aprovação.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me indi-

cassee quantos votos foram favoráveis e quantos contra.

COSTENARO NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 22 favoráveis, 18 contra.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 296/93

P A R E C E R:

O SR. MÁRIO BEZERRA - Se não for abusar da paciência de Vossa Excelência, gostaria que o Senhor conferisse a votação de novo.

O Presente projeto de lei de autoria do Deputado Mário Bezerra, cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná com sede em Cianorte, Jussara, Terra Boa, São Tomé, Japurá, Indianópolis, São Manoel do Paraná, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, Tapira, Tapejara e Tuneiras do Oeste.

A iniciativa atende às disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, inexistindo, desta feita, qualquer óbice à aprovação da matéria.

Ante o exposto somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.08.93

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência entende que não se trata de abusar da paciência ou não. A contagem foi procedida pelo nosso 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, onde 22 Deputados aprovaram e 18 rejeitaram.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J, C.A.I.C. e C.O.. (Publ. no D.A. nº 84, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 296/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, tem por finalidade a criação do Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 296/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Mário Bezerra, o Projeto de Lei nº 296/93, ora sendo analisado por este relator, cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná com sede em Cianorte, Jussara, Terra Boa, São Tomé, Japurá, Indianópolis, São Manoel do Paraná, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, Tapira, Tapejara e Tuneiras do Oeste.

A Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente ao assunto.

No âmbito desta Comissão, como nada foi encontrado que impedisse a sua normal tramitação por esta Casa de Leis. Este relator emite seu parecer à aprovação do plano de lei ora em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.93

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

Em votação.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, vou ler para Vossas Excelências.

(Lê o Projeto de Lei nº 296/93)

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Não consegui o intento, nesta tarde, de transformar Cianorte numa sede de uma microrregião para que a população do meu Município que é Cianorte, do Noroeste, pudesse usufruir de benefícios que são concedidos a Umuarama, a Campo Mourão e a Maringá. Infelizmente o meu município considerado "Capital do Vestuário", vive a reboque de outros, injustificadamente o Governo do Estado esqueceu dos municípios do Paraná. Infelizmente se respalda um desprestigiamento aos municípios do Paraná.

Onde é que está aqui nesta Assembléia, a Comissão Especial dos Deputados Municipais? É somente para inglês ver, ou se colocar na mídia as defesas falsas da Comissão dos Municipalistas. Não posso admitir que o Governo do Estado se esqueça por completo dos municípios do interior.

O Deputado Geraldo Cartário falava que é da Região Metropolitana e votara contra a criação da microrregião de Cianorte. Nunca votei contra a Região Metropolitana, muito pelo contrário, apoio as iniciativas que vêm de encontro à Região Metropolitana de Curitiba.

Seria incoerência minha perseguir a Região Metropolitana ou qualquer outra região no Paraná em benefício da minha. Tenho que ser coerente com aquilo que falo, às minhas aplicações, a minha prática tem que ser coerente com a teoria.

Infelizmente a Assembleia Legislativa, com a Bancada do Governo do Paraná, relega Cianorte a terceiro, quarto plano, no contexto dos municípios paranaenses, não lhe dando direito de sediar órgãos do Governo do Estado e do Governo Federal. Falo com revolta, porque mesmo assim, se Geraldo Cartário, qualquer Deputado; Swarowski que é de Rio Negro; ou alguém de Ponta Grossa, se pedir a minha assinatura, o meu apoio para beneficiar a sua cidade, quero ser o primeiro a assinar, mesmo que tivesse dando apoio a esse Governo.

Há perseguições ao Deputado Mário Bezerra, porque sou coerente pela fiscalização de seus atos, não obrigo a minha Bancada a votar contra seus municípios e contra suas regiões.

Infelizmente a política tem disso.

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Só queria registrar, Senhor Presidente, a presença neste Plenário, dos Vereadores de Nova Cantu: Vereador Paulo César, Vereador Aírton Adonolin e Vereador João Pereira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto 296/93.

Em votação. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 266/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais no Estado do Paraná, reservarem espaço para tratamento de alérgicos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Em votação.**

O SR. DR. ROSINHA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ao ler o Projeto do Deputado Setti, constatamos que ele traz um pequeno problema.

Primeira questão: o atendimento à saúde é direito de todo cidadão, dever do Estado. Todos os hospitais públicos ou privados são obrigados a atenderem qualquer paciente.

No Estado do Paraná os hospitais que não estão atendendo, porventura se negam a atender, têm sido descredenciados.

Portanto, não existe no Estado do Paraná nenhum hospital hoje se negando a atender cidadãos portadores de HIV.

Se hoje nenhum hospital se nega, no projeto estabelece que os hospitais de-

signarão a ala específica para o atendimento.

Temos que entender o seguinte: a AIDS é uma doença infecciosa se houver contato do vírus com o sangue, ou seja, através de agulha contaminada, transfusão sanguínea, ou relação sexual com ruptura de mucosa.

Portanto, tem que ter sangue. Fora isso não tem contaminação. Então, não justifica uma ala em separado.

Pior do que isso é tratar a doença com preconceito. Quando todos nós estamos lutando para que se tenha o resgate da cidadania, tal projeto, justamente, isola esse cidadão, criando preconceito em relação do vírus HIV.

Nesse sentido solicitamos aos Senhores Deputados que não contribuam com o aumento de preconceito em relação à AIDS.

Vamos derrotar tal projeto, porque hoje lutamos para que todos sejam cidadãos, para que ninguém seja colocado à margem da sociedade - e a sociedade assim tem tratado o portador do HIV - e tal projeto reforça esse preconceito.

Então solicitamos para que derrubemos tal projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto n° 266/93. **Rejeitado.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 301/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que dispõe sobre a autorização para que o Poder Executivo do Estado, implante minipenitenciárias regionais no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. C.S.P. e C.S. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 313/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel para a Casa do Idoso Vovó Margarida, do Município de Ponta Grossa, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 316/93, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que autoriza a proceder instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Barbosa Ferraz-Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. C.S.P. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 349/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que concede crédito presumido do ICMS para realização de Projetos Culturais no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 444/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Trecho Rodoviário, que liga o Município de São Tomé ao Bairro Rodeio, divisa com o Município de Cianorte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 507/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Saint Germain, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 367/93, de autoria do Deputado João Iensen, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor Ivo Luiz de Souza. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 367/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, o Projeto de Lei n° 367/93, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Ivo Luiz de Souza.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 415/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública a Fundação do Bem-Estar do Menor do Município de Pinhão - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 111, de 17.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 415/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 415/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese declara de Utilidade Pública a Fundação do Bem-Estar do Menor, com sede e foro no Município de Pinhão-Pr.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices constitucionais, legais e regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Nestes termos, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 434/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Ampére. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 115, de 23.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 434/93.

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei em questão, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices para sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 445/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 116, de 24.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 445/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Namir Piacentini, o Projeto de Lei n° 445/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade.

Da análise do referido projeto, por tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 445/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Namir Piacentini, o presente plano de lei, tem por finalidade, autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade.

Em análise ao referido projeto, nada foi constatado que possa impedir a tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

Isto posto, somos de parecer favorável.

vel, à aprovação deste plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 490/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Educacional Duque de Caxias. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 123, de 14.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 490/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, o Projeto de Lei n° 490/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual o Instituto Educacional Duque de Caxias, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 499/93, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Promocional e Assistencial de Toledo - APA, com sede e foro no Município de Toledo-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 124 de 15.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 499/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Duílio Genari, o Projeto de Lei n° 499/93 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Promocional e Assistencial de Toledo - APA, com sede e foro no município de Toledo-Pr.

Da análise do referido projeto, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os dispositivos legais da Lei n° 6.994/78, e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 501/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARE-

Curitiba, quarta, em 06.10.93

CER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 126, de 20.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 501/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei do Deputado Djalma de Almeida César tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar, opinamos favoravelmente ao mesmo por não encontrar óbices.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 506/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Palmital, com sede e foro no Município de Pinhais, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 126, de 20.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 506/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Palmital, com sede e foro no Município de Pinhais.

No aspecto legal e constitucional nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 519/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Iguaraçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 127, de 21.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 519/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorá-

vel.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 530/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro na Comarca de Faxinal-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 128, de 22.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 530/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Lar São Vicente de Paulo", com sede e foro na Comarca de Faxinal - Pr.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos estar de acordo com a Lei n° 6.994, de 10.01.78, que dispõe de normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A pedido do Deputado Alceu Swarowski, a Mesa registra com satisfação a presença do jornalista da Tribuna de São José, Rene Miranda; Sr. Irineu Borges, Sr. Wagner Luiz de Souza, Diretores da Rádio Estadual de São José dos Pinhais e Dr. Paulo Sidney, Engenheiro da Rede Ferroviária Federal S.A.

Sobre a mesa, Requerimento n° 3855, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3856 a 3858, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3859 a 3861, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3862, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3865 e 3869 a 3871, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3872, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimentos n°s 3873 a 3878 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do Expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3879, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 3880, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3882 a 3885, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3886, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 3889, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3894, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3895, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 3851, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3892, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa para proceder a juntada no Projeto.**

Requerimento n° 3852, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, por falta de tempo não entrei com requerimento na Casa, mas quero fazê-lo verbalmente: é para encaminhar um requerimento de voto de pesar pela morte de um grande companheiro - Cartorário do Município de Icaraíma - Vicente de Andrade. Foi vítima de um acidente automobilístico e veio a falecer.

Gostaria de deixar registrado o nosso voto de pesar e encaminharei o requerimento ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 047/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 296, 367, 415, 434, 445, 490, 499, 501, 506, 519 e 530/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO EM SESSÃO DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 1993.

MARIA CHRISTINA:

Liderança é compromisso histórico

Aroldo Murá Haygert

Ela é o bom resultado de tradicional raiz mineira, a gente das Alterosas, família de Lavras - Vilhena de Andrade, fazendeiros, políticos e profissionais liberais do Direito e da Medicina-, misturada com o sangue de mascate do pioneiro Miguel Antun, seu avô paterno, libanês que, aos 16 anos aportaria em Santos.

Fala com orgulho da sua árvore genealógica. Pelos dois lados. Tantos aquele que gerou um dos primeiros senadores da República, Vilhena de Andrade, quiçá fruto desta realidade ainda não de toda avaliada que foi o Seminário do Caraça, influenciando culturalmente todo um povo -, como da escola de mascate que Miguel frequentaria, em São José do Rio Preto, São Paulo, no final do século. Era uma escola de aculturação à realidade nova para quem, vindo de uma aldeia libanesa onde se cultivava o bicho-da-seda, seria preciso fazer-se vendedor. Sertão a dentro, em lombo de burro.

DOIS DESTINOS

No início do século, Joaquim Martins de Andrade, depois de formar-se em Farmácia em São Paulo, montar indústria na paulicéia, trabalhar em Bebedouro e voltar às Minas Gerais, iria juntar-se ao grupo de mineiros que - literalmente - faria o Norte Pioneiro do Paraná.

Milhares de mineiros atraídos pelo pioneirismo do major Tomaz (daí o nome de Tomazina) transformaram a terra roxa, o sertão todo cheio de incertezas, numa nova terra de Promissão. O manã não demorou a

avistar-se nas amplas plantações de milho e feijão. O amanho de terra estava no sangue daquela gente acostumada a falar baixo, parca no exprimir emoções, mas segura nos seus alvos.

Ao mesmo tempo, em lombo de burros, o Miguel, das montanhas e cedros bíblicos, ia conquistando paragens num vaivém, uma ponte São Paulo - Norte do Paraná. Até chegar à terra em que viviam os Andrade, o clã Joaquim Martins de Andrade, pai

"O Brasil não pode
perder Antônio

Hermírio de Moraes,
Arnaldo Jabor, Gilberto
Dimenstein".

de Maria Cecília Bernardina.

Em meio ao trabalho duro que um tempo de incógnitas e dificuldades oferecia, Martins Andrade e o libanês Miguel Antun, que depois adotaria o sobrenome Vieira - uma maneira de melhor ser identificado com a pátria adotiva - tornaram-se amigos. Em cinco anos de Tomazina, seu Miguel já era um sólido comerciante, dono de amplo armazém de secos e molhados. Uma realidade empresarial, aos 23 anos, que, em seguida, iria conquistar o coração de Maria Cecília, dando início à linhagem que passaria, com o correr dos anos, a fortemente associar-se à realidade paranaense, os Andrade Vieira.

BOA ÁRVORE, BONS FRUTOS

No seu escritório-biblioteca o diálogo com Maria Christina é o tempo todo sublinhado por música clássica. As vezes "As Quatro Estações", ora, Chopin, depois Canto Gregoriano. Tudo com muita naturalidade vai fluindo naquele espaço pequeno e com tons de inteligência. Boa parte dos livros, ali, é da sua realidade de interesse Acadêmico, Antropologia Social.

Em certos momentos, exprime-se como quem tem saudade do futuro, quando acentua as paisagens do Líbano de seus ancestrais, o Líbano de exaltações milenares, e exportador de talentos humanos, tão presente na realidade brasileira.

Nenhuma ponta de orgulho exagerado por ser partícipe do grande conglomerado financeiro, o grupo Bamerindus que seu pai fundou. Quer dizer: nenhuma demonstração de ufanismo pelo banco e sua grandeza.

Naqueles primeiros momentos de recordações ancestrais, vêm as lembranças da meninice, dias passados em férias nas fazendas dos Vilhena de Andrade, em Minas, "quando não devia andar a cavalo". Mas montava, às escondidas, quebrando as proibições que a tradicional educação mineira impunha às moças. Primeiros sintomas de uma alma independente.

Maria Christina de Andrade Vieira,

presidente da Associação Comercial do Paraná, diretora da Bamerindus Empreendimentos e da Associação Cultural Avelino Vieira, só interrompe a conversa para atender os filhos. O menor, 10 anos, Leonardo Vieira Dias, entra e sai. Reclama, silenciosamente, atenções da mãe subitamente dividida com gente, para ele, estranha (nós). Os outros dois, Antonio Carlos de Oliveira Filho, 22 anos, é estudante de Direito e subgerente de uma agência bancária Bamerindus; e Mariella, 19 anos, estudante de Psicologia da PUC.

Maria Christina, hoje divorciada, casou-se aos 18 anos.

QUEM CONHECE? LEMBRANÇAS

Nasceu aqui, na Avenida Iguazu, "perto da sorveteria Sacy", diz, com uma expres-

"O Paraná não pode
perder José Eduardo,
Jaímer Lerner, José
Carlos Gomes de
Carvalho".

são quase onomatopéica, como quem saboreia delícias de sorvetes imaginários. No total, eram quatro irmãos e quatro irmãs.

Nessa época, seu Avelino já era dono da casa bancária de Tomazina que, depois, se transformaria no Banco Comercial e Agrícola do Paraná que, por sua vez, acabaria gerando o Banco Bamerindus do Brasil, o conglomerado bancário hoje presente em quase todas as cidades do País.

Confessa-se uma tímida. Foge de festas, literalmente. Exceto daquelas que fazem parte de seu ritual profissional e de representação da Associação Comercial do Paraná ou do Banco.

"Só não sou tímida quando estou trabalhando, quando preciso dirigir uma sessão de trabalhos, manter contatos de serviço, definir metas. No resto, sou uma tímida incorrigível" explica com absoluta franqueza. Virtude? Defeito? Não importa. Sabe, apenas, que não foge à luta, apesar da timidez.

Essa têmpera de mulher muito singular poderia ser discutida sob a ótica de psicólogos como Skinner e sua escola Comportamentalista. Ou, quem sabe, pela dos pesquisadores de Minnnesota que, em tudo, querem encontrar herança genética, hereditariedade.

Maria Christina de Andrade Vieira, primeira mulher a presidir a mais importante entidade representativa dos comerciantes do Paraná (associação não dependente de governos), em seus 100 anos de existência, é assim, não tem dificuldades de ir ao cerne das questões.

DOS 4 AOS 17: HERANÇA

Identifica na irmã Lúcia - a quem se habituou a chamar de "mãezinha" - a segun-

da mãe, sua primeira mestra, "pediatra", amiga inigualável.

É como esquecer do Colégio Nossa Senhora de Sion, das irmãs de Sion que, nascidas com o carisma de promover o diálogo judaico-cristão, iriam colocar algumas pedras angulares, definitivas, na formação desta forte personalidade chamada de libaneses e mineiros?

Das antigas mestras, apenas uma ou duas restam em Curitiba, mudadas, transformadas talvez pelo sopro do Concílio Vaticano II; ou, quem sabe, pela onda de modernidade que assolou o mundo dos anos 70 para cá.

Mas ela não esquece. Predominava o rigor das religiosas, às vezes excessivo.

O ensino era puxado em francês, latim, português. Cada série tinha sua cor nos uniformes e criava-se um espírito de equipe, de turma. A sua, por exemplo, acabaria completando o curso de Magistério (Normal) lá, e ela, o concluiria no Colégio Santa Terezinha, onde fez apenas o último ano.

Inseparável da turma, acredita que o grupo foi pioneiro entre as alunas do Sion, no optar, massivamente, por carreiras universitárias.

Do Sion, outras "arqueologias" vêm à tona, como o "Caderno de Consciência", no qual deveria a adolescente anotar suas dúvidas e "erros", desejos, ambições, crises existenciais. E exibir o caderno a uma das religiosas, expondo-se às admoestações eventuais.

No fundo, o "Caderno de Consciência" ela não diz, mas deixa transparecer pelo

"Curitiba não pode perder
Helena Kolody, Alice Ruiz,
Lucia Glück Camargo, Newton
Freire-Maia"

tom de voz levemente irônico - era uma violação à sua liberdade de consciência. Motivo provável porque não tenha agüentado até o último ano do Normal no Sion, onde passou dos quatro aos 17 anos de sua vida.

"Claro que não há como esquecer, e deixar de agradecer, a sólida formação cultural, o sentido de ordem e disciplina que as freiras nos passaram", ressalta para, em seguida, com um leve sorriso, recordar que naquela escola o banheiro era chamado de "circulação". Um eufemismo no mínimo risível, e dentro do banheiro havia cartazes advertindo às usuárias: "Deus me vê".

EM BERÇO DE OURO

O trabalho dos pioneiros Joaquim Martins de Andrade e Miguel Antun Vieira garantiu que Avelino, seu pai, já nascesse em berço de ouro. E que estudasse, formando-se contador. Era - garante Maria

Christina - um homem prático, mas com interesses culturais bem definidos. Capaz de tocar flauta, memorizar trechos de óperas, discutir com os filhos, livros de Machado de Assis e José de Alencar, alguns dos escritores que conhecia bem.

A casa em que ela vive com os filhos no Alto da Rua XV é sóbria. Em tudo, toques de bom gosto. Ela não está interessada em concessões a modismos, a estilos. "Quero é me sentir bem no meu espaço", diz, enquanto vai mostrando a pinacoteca. Nada exagerado. Trabalho de bons artistas, escolhidos a dedo, a maioria paranaense. Reboló, valorizadíssimo, é das exceções nacionais. Zimmermann e Violeta Franco, dentre os locais.

O SER HUMANO INTEIRO

Sim, tem fé. "Acho que amadurecia minha fé. Sou cristã, o que até pode não envolver a prática do cristianismo, formalmente."

A fé no transcendental, parece dizer, em certo momento, nela dispensaria rituais. Mas a leva a não dispensar redobrada atenção para com o ser humano.

Exemplo é o interesse que passaria a ter, depois que os filhos já estavam na escola, pela vida universitária. Seguiu, em carreiras diferentes, passos que assumiram algumas de suas mais íntimas amigas dos tempos do Sion - Maria José Bettega, Patrícia Virmond de Lima, Elvira Ramon, Celenita Bufrem, Marialba Baggio, Martha Bastos Dias.

Graduou-se em Filosofia Pura, pela PUC/PR. Depois, exerceu o magistério superior durante quatro anos - Introdução à Filosofia e Deontologia (ética profissional). Seus alunos eram basicamente os formando em Psicologia e Odontologia.

Como esperar que esse espírito curioso parasse? No fundo, as freiras de Sion devem ter-lhe incumbido a máxima do "non multa sed multum". Quer dizer: não fazer muita coisa, mas o que fizer, fazê-lo bem feito.

A Filosofia exigia-lhe mais. Uma especialização em Antropologia Social era o desafio, que cumpriria por dois anos, na Universidade Federal do Paraná, de 1981 a 1983. Maria Cecília Ferreira da Costa, Maria Cecília Helmh e Ygor Chmyz foram mestres que muito a ajudaram na descoberta de novos caminhos.

Uma área de concentração foi escolhida, de saída: as sociedades completas, "para melhor entender o ser humano dentro de sua realidade".

NA ENCRUZILHADA

A morte dos irmãos em 1981 foi o grande abalo. "Ou faço o curso ou não saio do buraco em que vou ficar" raciocinou.

Resolveu mergulhar por inteiro nos estudos. Estudava a partir das 5 horas da

manhã. Muitas horas divididas com amigos que até hoje formara, com os outros citados, o grupo fechado de suas relações muito fraternas: Elizabeth Tassi Teixeira, Alberto Sanchez Paredes, Maria de Lourdes Paredes. É com eles que quase sempre divide as horas de lazer, o cinema, o teatro, o jantar fora de casa.

O BAILE DE DEBUTANTE

A antropóloga social, resumindo o amplo leque de curiosidades e disposição para achar respostas que essa ciência exige, quis entender os quês e os porquês dos bailes de debutantes. E o "Baile de Debutante", um rito de passagem típico da sociedade capitalista e que só teria chegado a Curitiba lá pelos anos 20, no Graciosa Country Club, acabou virando, no estudo de Maria Christina de Andrade Vieira, uma minitese de especialização. Tinha toda estrutura de tese acadêmica, incluindo supervisão.

Não foi possível, por diversos motivos, consumir a proposta inicial a de confrontar o baile de debutantes do Country, da chamada "classe AA", com o de um clube curitibano da periferia.

Acabou ficando mesmo só com o baile do Graciosa, entrevistando todas as "debs" daquele ano (83), e concluindo que as respostas eram raquíticas, sem profundidade. Então foi ouvir as mães das debutantes que, por seu turno, repetiam o discurso das avós, algumas das quais faziam parte do grupo do primeiro baile, "inspirado em reportagem da revista Life sobre o assunto", descobriu Maria Christina.

O trabalho levou-a a figuras lendárias da sociedade, como o introdutor do baile, o pediatra Waldemar Monastier, e a algumas avós "históricas", como Didi Caillet e Doris Kopp Maia.

A conclusão a ambigüidade das mães que, se por um lado já advogavam formação universitária e vida profissional independente para as filhas, não via, no entanto, como dispensar do rito de apresentação à sociedade, as moçoilas "prontas para casar". Padrões clássicos sobrepondo-se às opções individuais das jovens.

Maria Lygia de Moura Pires foi sua orientadora nessa dissecação de um ritual hoje em pleno recrudescimento, Brasil afora.

UMA HIPERATIVA: COMO PARAR?

Esta mulher que sai de casa cedo, cuida de sua fazenda povoada de nelores e milho, dirige associações culturais, é diretora do Bamerindus e presidente da Associação Comercial do Paraná, tem, por dever de ofício, ser bem informada.

Das sociedades complexas pode, com a mesma desenvoltura, em seguida, abordar a viagem a Israel, seu contato com a terra

das raízes do cristianismo e os documentos do Mar Morto. Como, minutos depois, decodificar a fala de cada ministro registrada nos diversos jornais diários que lê antes de sair de casa. O I&C é obrigatório, diz, citando ainda: Gazeta Mercantil, Gazeta do Povo, Folha de São Paulo, O Estado do Paraná ("por causa do Almanaque", sobretudo), Folha de Londrina.

Uma hiperativa, sim senhor! Bom exemplo de hiperativismo: em 1983, quando terminou a especialização, voltou ao lar, tempo para o prosaico tricô, e as aulas de inglês, de francês...

Em 1987, outro marco em sua vida: cria a Artespaço, com Maria José Buquera Vieira, sua madrastra e amiga, na Rua Dr. Pedrosa, um antiquário e galeria de arte. "Desde os 20 anos de idade me imaginava recolhida, num antiquário, atendendo aos clientes e escrevendo" - confessa. Sonho realizado, garantindo presença de artistas plásticos notáveis como Rosana Guimarães, Guita Soifer, Denise Roman, Rogério Moura Dias, entre outros, assim como espaço para palestras culturais, debates do livre pensar, com gente inteligente e culta.

O antiquário propriamente dito teve o apoio de um amigo, judeu marroquino, Monie Ezra, estabelecido na Bela Cintra, em São Paulo.

"Esse clima de bom astral, de crescimento cultural, muitas vezes com a presença de sobrinhos e irmãos meus, durou oito meses", recorda.

Passou, em seguida, com apoio do irmão José Eduardo a dedicar-se inteiramente ao banco. Fixou-se na área de promoções. De tanto ir a Foz do Iguaçu, com visitantes, surgiu a idéia de passar o Paraná e suas belezas (e riquezas) para livros definitivos. Assim nasceu o primeiro deles - "Foz do Iguaçu", resultado de pesquisas suas e de três professores da UFPR. Estava nascendo a série "Nossa Terra", interrompida pelos desacertos do Plano Collor. Poderia ter prosseguimento - é o que planejara - com outros, sobre o País, e pela lente do internacional fotógrafo Sebastião Salgado.

A REALIZADORA

Da mãe, Maria José Vilhena de Andrade Vieira, incorporou alguns dos traços que mais a definem, como a descrição e simplicidade, qualidades raras num mundo em que o ter coloca-se cada vez mais acima do ser. Da mãe também - garantem amigos de Maria Christina - "Incorporou o silencioso trabalho de interesses bem definidos", cumprido sempre à risca. Um esquema psicológico que, dir-se-ia, é até "dogmático", testemunha uma amiga de Sion.

Sinal visível dessa "loucura de meta certa" foi o livro Palácio Avenida, editado em 1991, e cuja realização ela credita, em grande parte, "ao denodo do Aramis Mil-

larch", que coordenou a pesquisa do espírito daquele casarão-edifício, hoje restaurado e sede nacional do Bamerindus, monumental, e em cujas paredes, portas, janelas, escadas, escreveram-se momentos preciosos da vida de Curitiba.

O livro-álbum não é apenas um dos cartões identificadores da Associação Cultural Avelino Vieira da qual é diretora executiva. É uma das partes mais reveladoras de uma ampla proposta de avaliação cultural que ela, com ajuda de Aramis, pretendia prosseguir, num segundo livro dentro do mesmo espaço histórico-geográfico, a Rua das Flores, vista no contexto socioeconômico de Curitiba.

Com critérios científicos, incentivada por José Eduardo, irmão e comandante do

"Libanês, o pioneiro Miguel
passaria pela escola de
mascates. Depois, com Joaquim
Martins de Andrade, ajudaria
a conquistar o Norte Velho.

conglomerado Bamerindus, a partir de 1991, a Associação Cultural Bamerindus passa a ser o seu mais estimulante desafio. "Cheguei, de início, a trabalhar oito horas seguidas, todos os dias". Era preciso catalogar e estabelecer critérios científicos para que um trabalho inteligente garantisse o acesso do público ao acervo até então sob os cuidados da Fundação Honorina Valente, de assistência social, presidida pelo banco. Livros, documentos, fotografias, objetos...

MUNDO DOS NEGÓCIOS

Esta mulher às voltas com teorias de Adorno, Câmara, Cascudo, Cox, Marx, Sartre, Heidegger... - uma criatura voltada para a reflexão ordenada, no exame da urbe e da civita -, como e porquê se envolveria depois com a representatividade classista empresarial?

Com certeza, imposição dos novos tempos, que lhe foram desvendando realidades do espaço sagrado que também existe no falar em lugar de outros. No trabalho vicarial de representar um grupo com interesses comunitários.

A presidente da Associação Comercial do Paraná, com mandato até agosto de 1994, eleita em agosto de 92, começou em 1988, com a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba e o Instituto Liberal. Na AMN, foi escolhida para o Comitê Agropecuário. E a frequência às reuniões da Associação Comercial do Paraná (em que tem sede a AMN) foi se tornando quase diária e sua participação cada vez mais solicitada.

Em pouco tempo, a ex-professora universitária de quem um dia se pedira que não falasse em aula sobre teses marxistas

ou existencialistas com a largueza de horizontes que seu espírito exige - isto é, sem censuras -, estava vivendo o dia a dia daquele grupo de mulheres que, na AMN, propunha-se a influenciar no mundo dos negócios e da política. A "scholar" Maria Christina, com a eleição de Werner Schrappe para a Presidência da ACP, seria em 1990 escolhida sua segunda vice-presidente.

O fato de ter assumido interinamente a Presidência da ACP, na gestão Schrappe, foi inserindo-a com segurança num mundo, até então, definido e dominado por homens na entidade.

- Comecei a sentir o peso daquela casa, de sua história de lutas, da dimensão que ela tem na vida do Paraná, observa, ao mesmo tempo em que passa por cima da pergunta sobre se tinha sido alvo de algum chauvinismo incrustado na entidade.

Impôs-se na ACP e substituiu Werner Schrappe, em 1992, num dos períodos mais críticos do Brasil - o do "impeachment" de Collor que se prenunciava, e dos desastros de uma economia frágil e forte, ao mesmo tempo. E que, dentro da "lógica" que não se entende, pode significar em 1993 um crescimento de até 5% do PIB.

Chapa única, diz, não quer significar que a eleição não tenha passado por uma série de composições, de diálogos, encontros, "uma decisão pesada".

**"Não avaliava quão público e
 ressonante é o cargo de
 Presidente da Associação
 Comercial"**

Hoje avalia, como ninguém, o peso do cargo. Sabe que a entidade aglutina 80% de pequenos e médios empresários de Curitiba, gente - homens e mulheres - que ela identifica com facilidade, a maioria dos quais conhece pelo nome.

Gente que espera posições claras, objetivas, da líder que amanhã pode estar em Brasília, sentada na mesa de despachos do ministro Fernando Henrique, levando reivindicações do empresariado da ACP, como aconteceu no mês passado; sócios da Associação Comercial do Paraná que, não poucas vezes, pedem-lhe profundas definições:

- Sim, eu acredito que há luz no fundo deste poço. É preciso senso de oportunidade para tirar saldos positivos de um momento de incertezas, acentua Christina.

Alguma coisa lhe diz - e ela repete esse credo em voz alta, como que a mascatear uma idéia de esperança que já é preciso vender, "porque, senão, o viajor desiste da jornada", como diria Santo Agostinho.

- Tenho fé no nosso povo. Ele, nos momentos das grandes definições do país, canalizará todas as suas forças para a plena

consolidação do Brasil.

AS ESCOLHAS, OS NOMES

De política partidária, não se fala. Entre ela e o repórter parece que se estabelece um tácito acordo de evitar o assunto, por motivos óbvios. Afinal, com um irmão senador, ministro de Itamar e com futuros objetivos eleitorais - é o que se apregoa - o momento comporta outras indagações, em forma de "ping-pong". São sintéticas e as respostas, reveladoras de posições dessa Maria Christina, líder empresarial, um termômetro da realidade paranaense de hoje:

- Quem Curitiba não pode perder?

- Curitiba não pode perder a poeta Helena Kollody; o geneticista Newton Freire Maia, um dos nossos símbolos; a animadora cultural Lúcia Glück Camargo; a poeta Alice Ruiz, ex-Presidente da Fundação Cultural de Curitiba.

A mesma pergunta é feita com relação ao Paraná.

**Sociedades complexas, um
 desafio para a moça do Sion,
 que foi a fundo nos bailes
 de debutantes. Achou muitas
 contradições. Nascia a
 antropóloga social.**

- O Paraná não pode perder o Senador José Eduardo, o urbanista Jaime Lerner, o empresário e vice-Prefeito de Curitiba, José Carlos Gomes de Carvalho, o empresário Sérgio Prosdócimo.

São imperdíveis para o Brasil, na avaliação de Maria Christina de Andrade Vieira, Antonio Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau Johannpeter, Luiz Fernando Furlan (Sadia), Arnaldo Jabor, o jornalista Gilberto Dimenstein, o antropólogo Roberto da Matta, Emerson Kapaz.

Se essas definições todas não forem suficientes para a avaliação do "faciens" de Maria Christina, anote-se ainda: pede que o governo "mostre de maneira transparente a realidade nacional, indique soluções", só isto.

- Partidos? Não tem embasamento ideológico, não há convicção ideológica nos partidos, nem fidelidade partidária. Fica difícil, então, fazer política.

- E o PT? Este novo PT, que saiu do recente encontro nacional do partido, merece temor. É retrógrado, procura induzir a sociedade à tensão social.

Pára por alguns minutos, a entrevistada.

Vamos todos ver, na TV a entrevista que com ela fez Clodovil. O apresentador não está nos seus melhores dias, atrapalha-se, algumas perguntas desordenadas, fora de contexto. A "scholar" não se perturba, cita sua Curitiba, o banco, sua

história familiar, seus projetos culturais, o número de famílias que gravitam de forma direta (empregados) no Bamerindus (40 mil), não esquece do "orgulho" curitibano, de Jaime Lerner, e dos contrastes sociais que inquietam qualquer um que esteja interessado no desenvolvimento social do Brasil.

Não gosta de festas, é tímida,
"fujo de festas, se possível..."

Um grupo muito restrito,
de gente de espírito, participa
de seu rol de amigos. Com
ele; divide lazer e cultura.

A melhor definição sobre esta empreendedora Maria Christina de Andrade Vieira, bonita, charmosa, rica e culta, vem dela mesma.

Foi dada naquela mesma entrevista a Clodovil na CNT, em 16 de setembro deste ano.

"- Afinal, Maria Christina, você que é moça, e de quem tanto me fala nossa comum amiga Alice Carta, como consegue combinar Filosofia e dinheiro?"

Ela, sem pestanejar, voz firme, olhar profundo de quem tanto pode estar se fixando no barroco mineiro quanto nos cedros do Líbano do velho mascate Miguel não titubeia:

- É complicado. Mas o fato de ser filha de Avelino Vieira não nos deixa passar impunemente pela questão, num país que exige reformas básicas, a primeira delas a educacional.

Libertação pela educação, em todos os níveis da vida nacional. Uma definição de vida dessa líder empresarial, filósofa e antropóloga social que nem por isso deixa de se confessar vaidosa - "faço questão de andar bem arrumada", e que direciona, em casa, seu senso de organização para o conforto.

O mesmo que, gostaria, possam um dia desfrutar todos os brasileiros desta sociedade complexa de cujo conhecimento ela é mestra.

Uma especialização universitária que coloca em prática no cotidiano da Associação Comercial do Paraná. Sem timidez. Afinal, a ACP é seu grande laboratório e campo de trabalho.

- Dessa experiência, quem sabe uma nova tese?

Mineiramente, ela deixa a resposta no ar. No olhar penetrante, percebe-se que a sugestão-pergunta pode até já lhe ter passado pela cabeça. Mas a mulher prática sabe que há momento para tudo.

O de agora talvez não seja o mais recomendável para perscrutações acadêmicas, mas de identificar a verdade na ação, no fazer. Como aliás, vem fazendo, com inde-

pendência, desde menina-moça, quando se rebelou contra o "Livro de Consciência".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ HENRIQUE BONA TURRA EM SESSÃO DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 1993.

INFORME OAB - Sessão Paraná

Antonio Celso Albuquerque

DECLARAÇÃO DE CANELA

O Colégio de Presidentes Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, reunido na Cidade de Canela, estado do Rio Grande do Sul, nos dias 1º, 2 e 3 de setembro de 1993, para discutir temas institucionais e corporativos, proclama:

1. A Constituição-Cidadã de 1988, estabeleceu avanços democráticos legitimamente consagrados pelo Poder Constituinte originário que não podem ser desfeitos, sejam quais forem as crises, os casuísmos ou interesses outros.

2. Contra a reação daqueles que assim não pensam e pretendem a inaceitável eliminação das conquistas sociais consagradas na vigente Constituição, há que se mobilizar tanto o cidadão quanto os segmentos organizados da sociedade civil, a quem cabe, originária e indelegavelmente, a construção e a defesa da democracia.

3. A busca de aprimoramento das instituições garantidoras de uma nação política e socialmente democrática, onde seja assegurada a todos e não somente a uma minoria, a possibilidade de realização dos valores estruturais da dignidade humana, há de ocorrer através de emendas à Constituição, nos termos do art. 60 e parágrafos, observado o prudente quórum ali previsto.

4. Tendo em vista a evolução do quadro político institucional do país, não é aceitável nem oportuna a realização da revisão constitucional prevista no art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: ou seja porque não obrigatória neste momento; seja porque não alterados, no plebiscito, a forma e o sistema de governo, seja porque a sessão unicameral e o quórum estabelecidos contrariam frontalmente a forma federativa de Estado, consagrada, como cláusula pétrea, no texto constitucional; seja porque a Constituição ainda não pôde ser testada na sua inteireza, por injustificável ausência de regulamentação, até o momento, de grande parte de seus dispositivos; seja ainda porque a coincidência com o processo político-eleitoral, em praticamente todos os níveis, fará com que interesses menores dos prováveis candidatos e seus respectivos partidos se sobreponham aos interesses maiores da sociedade brasileira.

5. Como porta-voz da sociedade civil,

a Ordem dos Advogados do Brasil, sem engajamento político-partidário, há de cobrar do Poder Executivo ações efetivas para coibir violências, como os massacres da Candelária e da Favela Vigário Geral e assassinatos a advogados no exercício profissional, buscando mecanismos para uma mais justa distribuição das riquezas, há de cobrar do Poder Legislativo a elaboração de leis que permitam o bom funcionamento do Estado e a eficiente prestação jurisdicional, exigência de toda a sociedade, traduzindo antiga luta dos advogados; e há de exigir emenda constitucional que reformule estruturalmente o Poder Judiciário, aumentando o número de juízes e tribunais, redefinindo suas competências e composições, assim como criando um indispensável órgão de controle externo, sem ingerências nos atos jurisdicionais afetos ao Judiciário, mas que aprecie, como representante soberano do povo brasileiro, os atos administrativos desse poder, que é emanção desse próprio povo.

6. De outro lado, como defensora da valorosa classe dos advogados, a Ordem dos Advogados do Brasil, necessita da urgente aprovação do projeto do novo estatuto da Advocacia e da OAB, para maior dinamismo e eficiência de suas ações, há de buscar, através das Caixas de Assistência, que devem ser organizadas em todas as Seccionais, um plano unificado de assistência médica, odontológica, hospitalar e previdenciária para os colegas e seus familiares; há de estabelecer critérios uniformes para a realização, em todo o território nacional, dos chamados Exames de Ordem, indispensáveis ao controle da qualidade dos advogados inscritos: há de, finalmente, através das Comissões de Direitos Humanos, realizar missões, coordenadas pelo Conselho federal contra ofensas aos direitos essenciais do ser humano, estabelecendo um Fórum Permanente em Defesa da Vida.

UMA BOA CAUSA

O advogado profissional que sobrevive das causas que defende, deve pensar na sobrevivência de sua família, a principal causa de sua existência. Para dar apoio à causa mais importante da vida do advogado, a Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná lançou, em convênio com o Bamerindus, o Plano de Seguro Saúde. Extensivo a todos os advogados e seus familiares, o Seguro saúde é uma boa causa, que pode se concretizar ligando para 322.2226 - Extra Clube Paraná.

CÓDIGO PENAL

O novo Código de Processo Penal é um dos principais temas a serem discutidos no I Encontro Brasileiro de Advogados Criminalistas, que acontece no auditório da UFPR, nos dias 17 e 18 deste mês.

Promovido pela APACRIMI- Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas e apoiado pela OAB/PR, reunirá advogados e juristas de todo o Brasil.

O professor Renê Dotti vai defender maior assistência às crianças desamparadas, simplificação do processo criminal e garantias de acesso das vítimas à Justiça.

Outro a defender mudanças urgentes no Código de Processo Penal é o advogado Antonio Acir Breda, contra o "Código desatualizado, com mais de 50 anos". Propõe a criação, na área criminal, de juizados, nos moldes dos Tribunais de Pequenas Causas, para desafogar os cartórios abarrotados de processos de pequena importância, fazendo com que processos sobre crimes graves fiquem engavetados durante anos.

PENA DE MORTE

Tema dos mais polêmicos, a pena de morte e a tortura farão parte da exposição do advogado Evaristo de Moraes Filho em "Advocacia Criminal e Garantias Constitucionais". Lembrando que o advogado é o guardião dessa garantia. Moraes sentencia que "numa democracia, um dos seus princípios fundamentais é a liberdade da pessoa, o direito de ir e vir".

TEMA POLÊMICO

Para outro participante do evento, o advogado Dálzio Zippin Filho, a proximidade da data da revisão constitucional deve influenciar os debates em torno de temas como a pena de morte e tortura.

A liberdade de imprensa, na opinião de Zippin, é outro tema que vai gerar grande polêmica no encontro. Segundo Dálzio Zippin Filho, em países da Europa a imprensa não divulga o nome nem foto das pessoas acusadas antes do julgamento. No Brasil, ao contrário, a imprensa, em muitos casos, dá destaque para crimes, se antecipando ao julgamento da justiça.

Os interessados em obter maiores informações devem ligar para o fone/fax (041) 252-0418.

SIMPÓSIO DE DIREITO

A Ordem dos Advogados do Brasil, 4ª Subseção, Juiz de Fora, realiza, entre 15 a 18 de setembro, no Cine Excelsior, o I Simpósio de Direito Civil e Processo Civil de Juiz de Fora.

Serão focalizados os temas: Processo Civil Coletivo, por Ada Pellegrini Grinover; Aspectos do Direito de Família após a Constituição de 88, des. Yussef Said Cahali; Grandes Divergências Jurisprudenciais em Torno da Lei do Inquilinato, por Sylvio Capanema de Souza; Novas Linhas de Processo Civil, J.J. Calmon de Passos; Mudanças no Código de Processo Civil com vistas à Agilização da Prestação Jurisdicional, Kazuo Watanabe; Do julgamento conforme o Es-

tado do Processo, Rogério Lauria Tucci; Concubinato à Luz da Nova Realidade Jurídica, Alexandre Martins de Castro; A Crise dos Operadores Jurídicos do Brasil, Roberto A. R. de Aguiar; e Direito Alternativo - Teoria e Prática, por Amilton Bueno de Carvalho.

Na oportunidade, será lançado o livro "Direito Alternativo na Jurisprudência" pelo autor Amilton Bueno de Carvalho. Maiores informações pelo fone (032) 215-4035 e fax (032) 215-0644.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE EM SESSÃO DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 1993.

A POSIÇÃO PATRIÓTICA DE ZÉ EDUARDO E A INTRIGA RASTEIRA

Odete Fortes Martins

Um dos aspectos mais deploráveis da política brasileira é o das intrigas pessoais. Homens identificados como o ministro José Eduardo Vieira, estão sendo atingidos pela má-fé dos que, inescrupulosamente, tentam torcer os fatos e impor interrupções capciosas, em oposição à lógica e ao bom senso. O primeiro fato sistematicamente distorcido é a ligação entre o ministro e o Bamerindus.

Licenciado de sua função de dirigente no Banco, desde que se voltou para a vida pública, o ministro agiu de acordo com os ditames da ética. A organização bancária fundada por Avelino Vieira é uma instituição que segue seus próprios rumos, com administração altamente profissional. Mas há quem não perdoe, em Zé Eduardo, a condição de empresário, como se fosse algo comprometedor ou desonroso. Como se a capacidade de empreendimento contrariasse o interesse nacional...

No entanto, a Nação está farta de ver o naufrágio de ministros sem passado empresarial, sem experiência na área econômica, sem nenhuma sensibilidade e tirocínio. Quando um homem experiente dá a sua colaboração ao País, em ministérios importantes, surgem os detratores e os intrigantes, na faina execrável de denegrir com base em inferências absurdas, como essa sistemática e maldosa identificação entre o ministro e o Bamerindus.

Quando o banco, que, como todos os outros, foi obrigado a comprar certificados de privatização, converteu esses certificados em participação acionária em empresa privatizada, surge a versão clínica que busca implicar o ministro em transação condenável. Versão sórdida, pois o banco teria de aplicar de alguma forma o dinheiro bom convertido em certificados e escolheu uma empresa situada no Paraná e li-

gada a setor importante para o desenvolvimento.

Com 5% de ações da ULTRAFÉRTIL sob controle do Bamerindus, isso não significa que a empresa seja de Zé Eduardo. Mas, por incrível que pareça, há deputados que estão pedindo ao presidente Itamar a cabeça do ministro, por "favorecimento" à ULTRAFÉRTIL. Qual a razão? Por ter Zé Eduardo sugerido ao ministro da Fazenda a elevação da alíquota do imposto sobre importação de fertilizantes. Para "proteger" a ULTRAFÉRTIL? Para proteger os 5% de participação do Bamerindus?

A intriga é ridícula. O ministro está propondo um mecanismo de defesa, muitas e muitas vezes usado no País quando se configuram situações singulares no mercado internacional. No afã de superar os problemas econômicos subsequentes à derrocada do consumismo, nações do Leste europeu e a ex-URSS estão ofertando vários produtos, incluindo a uréia, a preços baixos, mais baixos do que os custos de produção de fertilizantes numa economia sujeita à inflação, como a nossa.

Justificam-se plenamente as cautelas para proteger nossa produção interna, seja ou não a ULTRAFÉRTIL uma das beneficiárias, tenha ou não o Bamerindus 5% de suas ações. Raciocinar nesses termos estreitos chega a ser ridículo, pois o que o ministro propõe é uma estratégia para evitar que o País pague barato, agora, pelo fertilizante importado, vindo a pagar muito mais caro, amanhã, quando outra for a estratégia de preços no mercado internacional.

Tantas e tantas vezes o Brasil já foi vítima desse jogo de preços baratos, como etapa preliminar do atrelamento a fornecedores do exterior, que chega a ser clamoroso que deputados, eleitos pelo povo para defender os interesses do País, não percebam (ou não queiram perceber) o sentido da medida proposta por Zé Eduardo, lucidamente empenhado em preservar os interesses nacionais. Em vez de intrigas rasteiras, ele deveria estar sendo aplaudido por tantos que só parecem ser patriotas na hora do discurso.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA, 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 7.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro de hum mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Felix. Havendo número legal o Sr.

Presidente declarou abertos os trabalhos, constando da Ordem do Dia o Relato do Projeto de Lei nº 376/93, tendo como Relator o Deputado Nereu Moura. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado Relator que apresente o seu Parecer. Projeto de Lei nº 376/93: Parecer CONTRÁRIO. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou

Curitiba, quarta, em 06.10.93

encerrados os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, 28.09.93
(aa) SEVERINO FELIX - Presidente
Rubens Bremer - Secretário